

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**  
**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**  
**Período de Análise: agosto de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural  
Agroanalysis  
Carta Capital

## Índice

Novo Código Florestal coloca espécies em risco, afirma grupo - SABINE RIGHETTI – Folha de São Paulo – Ciência – 04/08/2010.....	4
Segundo Rebelo, crítica a projeto é "leviandade" – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 04/08/2010.....	5
Meio Ambiente vai apresentar texto alternativo ao de Rebelo – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 05/08/2010.....	5
Pecuaristas criticam exigências ambientais feitas por frigoríficos – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Mercado – 06/08/2010.....	6
Exportação de produtos florestais despensa – Assis Moreira – Valor econômico – Agronegócios – 06/08/2010.....	6
Rondônia revoga proteção a florestas - JOÃO CARLOS MAGALHÃES – Folha de São Paulo – Ciência – 08/08/2010.....	8
Governo fará novo plano para Código Florestal - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida – 08-08/2010.....	8
Crise econômica mundial reduz corte de Madeira – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida – 08/08/2010.....	10
Desmatamento na Amazônia cai 49% em junho – Sítio Eletrônico do MMA Paulenir Constâncio – 09/08/2010.....	10
MMA e Inpe firmam acordo para combater a desertificação - Rogério Ippoliti – Sítio Eletrônico do MMA – 09/08/2010.....	12
Lula pede simplificação das normas para conceder licenças ambientais – Canal Rural – 10/08/2010.....	13
Governo e ONG divergem sobre desmate - CLAUDIO ANGELO – Folha de São Paulo – Ciência – 10/08/2010.....	14
Extração ilegal de madeira cai 75% no Pará - GIULIANA MIRANDA – Folha de São Paulo – Ciência – 10/08/2010.....	15
Ministra busca apoio para cumprir as metas brasileiras – Folha de São Paulo – Ciência – 10/08/2010.....	16
Desmatamento da Amazônia cai 49% em 12 meses, aponta o INPE – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 10/08/2010.....	16
“O desmatamento da Amazônia não caiu 49% como divulgou o Inpe” - Bruno Huberman – Carta Capital – 11/08/2010.....	17
Mato Grosso lançará bolsa para "exportação" de florestas e rios - RODRIGO VARGAS – Folha de São Paulo – Mercado – 11/08/2010.....	18
O novo Código Florestal – Valor Econômico – Opinião – 11/08/2010.....	19
Brasil e Estados Unidos assinam acordo que converte dívida em proteção ambiental - Maiesse Gramacho – Sítio Eletrônico do MMA – 12/08/2010.....	21
Unidades de conservação do Pará podem gerar R\$ 4,4 bi em 20 anos – Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil – 12/08/2010.....	22
Aquecimento global ameaça agricultura – Sítio Eletrônico do MST – 13/08/2010.....	23
Mundo pode ter "buraco" na proteção ao clima – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – 16/08/2010.....	24
Brasil teme "FMI ambiental" nas metas de redução – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 16/08/2010.....	25
"Precisamos reverter os efeitos das mudanças climáticas" – Sítio Eletrônico do MST – 17/08/2010.....	26

Clima – reflorestamento em Cancún – José Goldermberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/08/2010 .....	28
Homem provoca mais queimadas do que o clima, diz pesquisador – Kátia Brasil – Folha de São Paulo – 18/08/2010 .....	29
Além do Código Florestal – André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/08/2010 .....	30
Aquecimento pode estar por trás de secas no Brasil – Reinaldo José Lopes e Claudio Angelo - Folha de São Paulo – Ciência – 19/08/2010 .....	31
Incêndios no Centro-Oeste poupam agricultura – Alexandre Inácio – Valor Econômico – Agronegócios – 19/08/2010 .....	33
Unidade de conservação tem queimada e gado mesmo após operação Boi Pirata – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 27/08/2010 .....	34
Governo admite que País não tem plano contra incêndios – André Vialli - Estado de São Paulo – Vida – 27/08/2010 .....	35
Mudanças climáticas modificam padrão de crescimento das florestas – André Vialli – Estado de São Paulo – vida – 29/08/2010 .....	36
Brasil avança com o debate ambiental – O Estado de São Paulo – 30/08/2010.....	37
AGROPAUTA - Programa Agricultura de Baixo Carbono é apresentado ao setor florestal – Sítio Eletrônico do MAPA – 30/08/2010 .....	39
ONGs e setor privado buscam avanços em certificações ambientais – Samantha Maia – Valor Econômico – Brasil – 31/08/2010 .....	39
Sustentabilidade na produção garante alimento saudável com mais qualidade – Sítio Eletrônico do MAPA – 31/08/2010.....	41
AGROPAUTA - Setor de florestas conhece iniciativas para redução de CO2 – Sítio Eletrônico do MAPA – 31/08/2010.....	42
Mesmo com queimadas, desmatamento cai 48% - Paulenir Constâncio – Sítio Eletrônico do MMA – 31/08/2010 .....	42
Queimadas aumentaram 134% no país - Sítio eletrônico do MST – 31/08/2010 .....	43
Novo Código Florestal e eleições contribuem para queimadas - Sítio Eletrônico do MST – 31/08/2010 .....	44

## **Novo Código Florestal coloca espécies em risco, afirma grupo - SABINE RIGHETTI – Folha de São Paulo – Ciência – 04/08/2010**

Se for implantado o novo Código Florestal, aprovado no mês passado por uma comissão da Câmara, os impactos negativos na fauna brasileira -como redução e até extinção de algumas espécies- poderão ser sentidos já nos próximos cinco anos. A análise é de cientistas que lotaram ontem o auditório da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) para discutir o projeto de lei proposto pelo deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP). De acordo com eles, o código não contou com a comunidade científica para ser elaborado. O novo código, que ainda precisa ser votado no Congresso, encolhe as APPs (áreas de proteção permanente), entre outras medidas. A redução de 30 m para 15 m das APPs nas margens dos riachos (com até 5 m de largura), que compõem 90% da malha hidrográfica nacional, é um dos pontos críticos. Matas na beira dos rios são importantes para os bichos terrestres e os debaixo d'água, pois fornecem insetos e material orgânico aos peixes. "Em São Paulo, 45 das 66 espécies de peixes de água doce ameaçadas de extinção estão justamente nos riachos", relata a bióloga Lilian Casatti, da Unesp.

### **OS**

### **SEM-FLORESTA**

Répteis e anfíbios, que vivem em regiões alagadas, também sofrerão impactos, com menos vegetação às margens dos pequenos rios. "Onde há menos proteção de APPs pelo novo código é onde há mais biodiversidade", analisa o biólogo Luis Felipe Toledo, da Unicamp.

No caso dos répteis, o novo código afeta também um outro habitat natural: as montanhas. Isso porque áreas acima de 1.800 m deixam de ser consideradas APPs e recebem permissão legal para serem desmatadas. Para Otávio Marques, biólogo do Instituto Butantan, a preservação dos répteis é importante inclusive do ponto de vista da saúde pública. "O veneno da jararaca, por exemplo, possui uma molécula que controla a hipertensão e deu origem a um dos principais medicamentos da doença", destaca.

### **CORREDORES**

O espaço menor para as florestas na beira dos rios pode afetar também certas populações ameaçadas e restritas de aves e mamíferos. Ambos usam as margens preservadas como habitat ou como caminho para migrar de uma "ilha" de floresta preservada para outra. "Sem isso, os bichos escapam para o meio urbano ou para áreas de pastagens e acabam morrendo", diz Mauro Galetti, biólogo da Unesp.

O encontro realizado na Fapesp deverá resultar em um documento para integrar as discussões da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) sobre o novo Código Florestal.

**Segundo Rebelo, crítica a projeto é "leviandade"** – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 04/08/2010

O deputado federal Aldo Rebelo afirmou que as declarações dos cientistas sobre risco de extinção de espécies com as mudanças propostas no Código Florestal são uma "leviandade" e desmoralizam a própria ciência. "Essas pessoas precisam parar de fazer afirmações sem comprovação empírica. Isso é irresponsabilidade", disse Rebelo à **Folha**. Para ele, a proteção de 15 metros de mata ciliar em torno de cursos d'água pequenos é "totalmente rigorosa". "Durante todo esse tempo até os anos 1990 eram 5 metros [de mata ciliar prevista pela lei]. Espécies deveriam ter sido extintas. Em áreas onde não existe nem a proteção de 15 metros as espécies não desapareceram", afirmou o autor da proposta de reforma na lei florestal. Rebelo disse ainda que seu projeto foi elaborado com auxílio científico: um dos assessores da Câmara dos Deputados é biólogo. "Onde a lei é menos restritiva, como nos EUA e na Holanda, isso teve impacto sobre extinções?", questionou. **(CLAUDIO ANGELO)**

**Meio Ambiente vai apresentar texto alternativo ao de Rebelo** – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 05/08/2010

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse ontem em São Paulo que a discussão sobre o Código Florestal é "extemporânea" e que vai fazer uma nova proposta de reforma na lei. O Ministério do Meio Ambiente se opõe ao novo texto do código, do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), aprovado mês passado por uma comissão especial da Câmara. Segundo João de Deus Medeiros, diretor de Florestas do ministério, apesar de o deputado já ter modificado seu projeto original, pontos "problemáticos" permanecem. A intenção é tentar corrigi-los em forma de um substitutivo ou de destaques ao projeto, quando o assunto for discutido no plenário da Câmara -em data incerta. Um deles é a anistia a desmatadores. Rebelo diz que ela tem base em decreto de 2009 do próprio ministério, o do programa Mais Ambiente. "O projeto subverte isso, porque dá essa possibilidade e ao mesmo tempo diz que o desmatamento consolidado fica mantido", diz Medeiros. "Como recuperar assim?" Outros pontos que a proposta deve tentar alterar são a redução das áreas de preservação permanente e a possibilidade de supressão de remanescentes florestais com espécies ameaçadas. Apesar de o código atual prever que essas áreas podem ser desmatadas se houver compensação ambiental, a Lei da Mata Atlântica, posterior ao código, as protege. "Entendemos que com a nova proposta essa lei fica comprometida", diz Medeiros. Ele cita uma extinção decorrente disso: uma bromélia que só ocorria em uma região de Santa Catarina, inundada pela hidrelétrica de Barra Grande. **(CLAUDIO ANGELO)**

**Pecuaristas criticam exigências ambientais feitas por frigoríficos – Rodrigo Vargas**  
– Folha de São Paulo – Mercado – 06/08/2010

Pressionados a provar que cumprem a legislação ambiental, pecuaristas de Mato Grosso reagiram contra os maiores frigoríficos do Brasil. Em carta aberta aos grupos Marfrig e JBS-Friboi, a Acrimat (Associação dos Criadores de Mato Grosso) disse que o setor sofre ameaças, mas não irá aceitar "abusos" e "formação de cartel". Desde que firmaram acordos com o Ministério Público Federal no Pará e em Mato Grosso, os dois frigoríficos passaram a exigir que seus fornecedores comprovem a origem legal do gado. O objetivo da medida é barrar a expansão do desmate e o uso de áreas de preservação e reservas indígenas para a criação do gado. Para a Acrimat, porém, as exigências "invertem o ônus da prova" e são uma "forma de manipular a relação comercial com o pecuarista". "Nós, produtores, não temos nenhuma relação com os acordos assinados junto ao Ministério Público Federal e ONGs. Não somos testemunhas nem responsáveis por assinatura desses pactos." Os criadores criticaram os frigoríficos, que exigem a apresentação de documentos "como se fossem os responsáveis pela fiscalização e execução das leis": "Marfrig e JBS-Friboi colocam os pecuaristas na vala comum de invasores de terra, dos que vivem à margem da lei. Não somos transgressores". Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do país: 27,3 milhões de cabeças. Em nota, o grupo JBS-Friboi disse que a "sustentabilidade é um valor fundamental" e que, por conta disso, possui um controle na aquisição de gado de acordo com a legislação socioambiental. O grupo Marfrig disse que promove boas práticas ambientais e que "se reserva o direito de adquirir matéria-prima de fornecedores alinhados" com essa exigência.

**Exportação de produtos florestais despensa – Assis Moreira – Valor econômico –**  
Agronegócios – 06/08/2010

As exportações brasileiras de madeiras continuam degradingando, e os volumes de compra de seu maior cliente, os Estados Unidos, dificilmente voltarão aos níveis anteriores à crise econômica global, mostra relatório da agência das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

Os mercados de produtos florestais estão realmente globalizados, segundo a entidade. Não é mais necessário ter florestas para fazer esse tipo de produto. O maior exemplo disso é a ascensão meteórica da China como grande produtor, consumidor e comerciante, o que já afeta produtores tradicionais de móveis, como a Itália.

O relatório não fornece um valor total do mercado global de produtos florestais. A maior demanda vem da construção civil e da indústria de móveis. Apenas a produção global de móveis alcançou US\$ 376 bilhões em 2009 e o comércio internacional, US\$ 92 bilhões após retração de 20%.

Depois da queda de 11,6% no consumo global de madeira e produtos de papel em 2009, a expectativa é de modesta recuperação este ano. Mas Ed Pepke, principal

autor do relatório, estima que a demanda da construção residencial nos EUA não deve voltar aos níveis pré-crise.

Isso afeta o Brasil. Nada menos de 70% da madeira que o país exporta segue ao mercado americano. As exportações do item madeiras (compensados, portas e janelas, folhas serradas, perfilados, painéis de fibra, outros painéis, mas não móveis) caíram de US\$ 3,3 bilhões para US\$ 1,6 bilhão entre 2007 e 2009.

No caso dos compensados, categoria em que o Brasil é o terceiro maior exportador, atrás da Malásia e Tailândia, as vendas diminuíram 50% em valor desde 2007. Isso em razão da maior demanda interna, valorização do real, concorrência de produtores asiáticos, como China e Indonésia, além de menor quantidade de madeira no rastro de combate ao corte ilegal na Amazônia.

As exportações de portas, janelas e outros produtos caíram 54,7%, de US\$ 522 milhões para US\$ 236 milhões no período. Mesmo as compras chinesas de perfilados de madeira caíram pela metade. Pequim importa o produto bruto, fabrica móveis e depois os vende para a Europa e EUA. O Brasil não faz a industrialização “porque os chineses não compram”, diz Vasco Flandoli, da Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Madeira.

“Estamos perdendo terreno para os asiáticos porque eles cortam tudo de madeira tropical, e aqui é proibido”, afirma. “Mas estamos perdendo espaço também na exportação de pinos, que representa 80% do que vendemos. Neste caso, para países como o Chile”.

A produção chinesa de produtos florestais alcançou US\$ 232 bilhões em 2009, alta de 9,8%, enquanto houve queda de 11,6% globalmente.

O avanço chinês foi impulsionado pela maior demanda doméstica, já que as exportações caíram.

Em todo caso, o país continuou a importar madeira, principalmente da Europa, para produzir móveis e exportá-los aos mercados industrializados. Só essas vendas renderam US\$ 7,6 bilhões em 2009.

Agora, porém, Pequim enfrenta maior concorrência de vizinhos mais competitivos, como Indonésia, Malásia e Vietnã. Companhias da Europa e dos EUA, sob pressão da concorrência chinesa, tendem a aumentar investimentos também na América do Sul para reduzir custos e manter a competitividade.

Além da globalização, o relatório aponta mais três razões para a mudança estrutural no mercado de produtos florestais. Começa com o forte declínio no consumo, produção e comércio, no rastro da recessão global, que leva a fusões, aquisições e fechamento de fábricas num ritmo superior aos ciclos normais de negócios.

No setor de papel e celulose, as versões “digitais” erodiram a demanda por papel, por exemplo.

Além disso, políticas de combate a mudanças climáticas têm intensificado o uso de madeira para produzir energia, sendo uma das razões para a alta do preço da mercadoria.

Há o efeito ainda do controle da origem da madeira importada, principalmente nos EUA e na Europa, e que deve atingir China e outros asiáticos.

Além de provar que o produto é legal, é preciso atestar critério de sustentabilidade e outras obrigações na cadeia de suprimento, da floresta até a fábrica. Até agora, porém, apenas 9% das florestas foram certificadas, sendo 88% nos países ricos.

No Brasil, a certificação cresceu. Para a FAO, o comércio ilegal de produtos de madeira continua e joga “sombras” no setor florestal. Nesse cenário, Ed Pepke vê

chances para o Brasil “ser muito ativo na nova situação do mercado, se controlar as condições exigidas”, podendo recuperar vendas no segmento de compensados, por exemplo.

### **Rondônia revoga proteção a florestas - JOÃO CARLOS MAGALHÃES – Folha de São Paulo – Ciência – 08/08/2010**

Deputados estaduais aprovam leis que anulam sete reservas com quase 1 milhão de hectares na Amazônia

Ação foi pedida pelo governo estadual; área que perdeu proteção é equivalente a seis vezes a cidade de São Paulo

A pedido do governo, a Assembleia Legislativa de Rondônia revogou a proteção estadual de quase 1 milhão de hectares da Amazônia. O ato foi formalizado por leis complementares, aprovadas há dez dias. Elas extinguiram sete unidades de conservação que somam pouco mais de 973 mil hectares - o equivalente a mais de seis cidades de São Paulo. As revogações são parte do processo de redefinição das áreas protegidas no Estado. Em junho, outras quatro haviam sido revogadas e incorporadas a florestas protegidas pelo governo federal. Neste último caso, a incorporação não aconteceu. Dados do ISA (Instituto Socioambiental) indicam que, antes das mudanças, havia aproximadamente 4,4 milhões de hectares sob proteção estadual em Rondônia. Agora, são 3,1 milhões.

De acordo com o governo, a revogação das sete unidades (uma delas com 425 mil hectares) apenas formalizou uma situação que já existe. Luiz Cláudio Fernandes, coordenador de unidades de conservação da Secretaria do Meio Ambiente do Estado, disse que as áreas não eram consideradas protegidas desde 2000, quando foi aprovado o ordenamento territorial de Rondônia. "Só existiam no papel. Foram criadas na década de 90, por decreto, mas nunca fizeram nada para pôr em prática [a proteção]. Estamos tecnicamente aliviados", disse. "Foi uma decisão de técnicos imbuídos do melhor espírito ambientalista", afirmou. O coordenador negou que fosse possível adequar a antiga legislação, pois, segundo ele, as unidades estão quase inteiramente ocupadas por produtores rurais. Fernandes disse que mesmo o Incra (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária) já assentou pessoas nas ex-unidades. "Ele assentava, mas, na hora de tirar o título da terra, não conseguia", afirmou. Dados do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) indicam que Rondônia é o terceiro Estado que mais desmata suas florestas, atrás somente de Mato Grosso e Pará.

### **Governo fará novo plano para Código Florestal - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida – 08-08/2010**

O ministério do Meio Ambiente (MMA) pretende elaborar uma nova proposta de



alteração no Código Florestal, para ser entregue ao Congresso até o final do ano. O objetivo é oferecer um substitutivo ao polêmico relatório apresentado pelo deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), aprovado recentemente em comissão especial na Câmara dos Deputados.

“Estamos em período eleitoral, e há um interesse muito grande em votar mudanças no Código Florestal ainda este ano. Então, queremos colocar uma nova proposta na mesa. Oferecer ao governo e ao Congresso uma nova proposta de lei”, disse a ministra Izabella Teixeira, após participar do lançamento do Movimento Empresarial pela Proteção e Uso Sustentável da Biodiversidade, em São Paulo. Segundo Izabella, o texto de Aldo Rebelo, que gerou controvérsia por anistiar produtores rurais que realizaram desmatamentos ilegais até julho de 2008, prejudica compromissos assumidos pelo Brasil perante a comunidade internacional, como as metas de redução dos gases de efeito estufa, e pode prejudicar as negociações brasileiras na Cúpula da Biodiversidade, a COP-10, que será realizada em Nagoya, no Japão, em outubro.

Na ocasião, o Brasil pretende pleitear recursos internacionais para programas de conservação da fauna e flora. “É inaceitável a idéia de anistiar quem desmatou de propósito. É como se as pessoas que cometeram crimes tributários fossem anistiadas pela Receita Federal”, disse Izabella. “É como dizer: esquece a pendência e bola para frente”, ressaltou.

Izabella não forneceu detalhes sobre o teor da proposta que o Ministério pretende apresentar, mas afirmou que o texto de Rebelo é “intolerável”, por sugerir anistia aos produtores que desmataram. “É um debate que está invertido, e o texto aprovado em primeira instância na Câmara contém insuficiências que não vão resolver o problema dos pequenos agricultores que estão hoje fora da lei”, disse.

Imposto ecológico.

A ministra afirmou também que sua pasta está elaborando uma proposta para criar o Imposto de Renda ecológico, que deverá ser discutida com o Ministério da Fazenda e a Receita Federal. O projeto, ainda em fase de detalhamento, prevê que empresas que investem em programas de conservação da biodiversidade possam obter deduções fiscais. “É uma discussão técnica e preliminar, mas esperamos propor o projeto ainda neste governo”, disse a ministra.

Durante o evento em São Paulo, as empresas Natura, Walmart, CPFL, Alcoa e Vale e entidades como Instituto Ethos e Conservação Internacional encabeçaram um movimento para dar subsídios à proposta que o governo brasileiro pretende levar à COP-10, no Japão.

### **Ex-diretor de instituto florestal de MG é preso**

O ex-diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas (IEF) de Minas Gerais Humberto Candeias foi preso ontem sob acusação de envolvimento em esquema de fraudes para acobertar a derrubada clandestina de mata nativa para a produção de carvão, além de outras irregularidades. O carvão clandestino é usado principalmente para abastecer siderúrgicas do Estado.

Candeias foi um dos alvos da operação Máfia Verde, desencadeada ontem pelo Ministério Público em parceria com a Receita estadual e a Polícia Militar. Além do ex-diretor, pelo menos outros quatro ex-servidores do órgão ambiental também foram presos por envolvimento no esquema. A ação ocorreu em Belo Horizonte e outras dez cidades mineiras.

Segundo o MP, o grupo também é acusado de desvio de verbas, cancelamento ilegal de multas de infrações ambientais, apropriação de honorários, fraude em licitações, acordos judiciais irregulares e pagamento indevido. Candeias ficou sete anos na direção do IEF. Segundo sua assessoria, ele deixou o cargo há 11 meses para disputar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Minas pelo PSL. “Por ser de um órgão fiscalizador, Humberto decidiu antecipar sua desincompatibilização, visando preservar o IEF de qualquer uso político da máquina administrativa ou gerar constrangimentos ao governo”, diz nota no blog do candidato. De acordo com a assessoria do governo mineiro, porém, ele foi exonerado há 11 meses justamente por indícios de fraudes. Em 2009, o MP abriu investigação contra a chamada máfia do carvão, responsável pela sonegação de R\$ 25 milhões, além do desmatamento clandestino de boa parte da mata nativa

### **Crise econômica mundial reduz corte de Madeira – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida – 08/08/2010**

A crise econômica freou o corte de madeira no mundo. Com a queda sem precedentes do número de construções, de crédito e do consumo de energia, a ONU estima que o uso de madeira e papel tenha caído 11,6 % em 2009 – a maior redução em 40 anos.

Pela primeira vez em 20 anos, o corte de árvores no Hemisfério Norte para atender ao setor industrial ficou abaixo de 1 bilhão de metros cúbicos. No total, 300 milhões de metros cúbicos a menos de madeira foram usados em 2009 em comparação a 2007.

Nos países do Leste Europeu, Rússia, Estados Unidos e Canadá, a queda foi de 14%. Segundo a ONU, a crise nos países ricos e o real valorizado fizeram com que o Brasil perdesse espaço nos mercados estrangeiros para a madeira asiática. A produção nacional passou a atender principalmente o mercado interno, em plena expansão do setor de construção.

A ONU alerta que o uso da madeira para construção e energia não é o principal motivo do desmate das florestas pelo mundo. Queimadas para transformar um terreno em terra arável, mineração e outras atividades são fatores que têm impacto ainda maior. Mesmo assim, o que se comprovou foi uma queda acentuada na produção pelo mundo. Certificação.

A crise também desacelerou o ritmo de certificação de florestas. Hoje, 355 milhões de hectares de florestas estão certificados, 8% a mais que em 2009. Com a recessão, os investimentos de empresas para certificar sua produção e o apoio de governos caíram.

### **Desmatamento na Amazônia cai 49% em junho – Sítio Eletrônico do MMA Paulenir Constâncio – 09/08/2010**

Dados confirmam a trajetória de redução da área desmatada se comparada ao mesmo período de 2009. Em diminuição desde 2004, com exceção de 2008, as taxas de

desmatamento devem ficar bem abaixo da meta de 9 mil Km<sup>2</sup> estabelecida no Plano de Mudança do Clima

Dados do Deter, Sistema de Monitoramento da Amazônia Legal em Tempo Real por Satélite, registraram uma queda de 49% do desmatamento em junho, em relação ao mesmo período de 2009, confirmando a trajetória de redução da área desmatada. A atividade econômica em crescimento e as taxas de desmatamento em queda indicam que o combate ao desflorestamento vem apresentando os resultados esperados.

Em diminuição desde 2004, com exceção apenas de 2008, as taxas de desmatamento devem ficar bem abaixo da meta de 9 mil Km<sup>2</sup> estabelecida no Plano Nacional de Mudanças do Clima, apresentado pelo governo brasileiro na Conferência do Clima em Copenhagen, no final do ano passado.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse nesta segunda-feira (9/8), em entrevista coletiva, que essas previsões, com base nos números apresentados pelo Inpe até o mês de julho, podem ser confirmadas quando saírem os números do Prodes, em dezembro. "É a tendência", disse. O Inpe projeta um número menor de 4 mil Km<sup>2</sup>, que só poderá ser confirmado em dezembro.

Os novos números do Deter são animadores, já que a cobertura de nuvens em junho não passou de 28% em todo o território, o que quer dizer que os dados são bem mais confiáveis que os do ano passado, que teve 43% de cobertura. Quanto menos nublado o mês, melhor a visibilidade para o mapeamento por satélite, que faz leituras de cinco em cinco dias.

Apesar da redução do desmatamento em toda a Amazônia, alguns estados e municípios ainda apresentam dados preocupantes. É o caso de Novo Progresso, no Pará, que mesmo com o desmatamento em queda de 66%, lidera o ranking dos municípios que mais desmatam. O Inpe identificou as áreas ao longo da BR 163 (Cuiabá-Santarém), onde fica o município, e a Terra do Meio, região da BR-319, entre o Pará e o Maranhão, como os principais focos do desmatamento. O município de Lábrea, no Amazonas, que já constava na lista dos maiores desmatadores, também apresentou um acréscimo na área desmatada.

Izabella descartou a relação direta entre desmatamento e obras nas rodovias. Segundo ela, isso requer estudos mais aprofundados. Para a ministra, não é possível determinar uma única causa para o desmatamento, nem apontar as rodovias como as causadoras isoladamente. Ela anunciou que no final do ano, com os resultados do Prodes, que mede o desmatamento acumulado no período de doze meses, o governo terá condições de apresentar um diagnóstico mais preciso sobre o conjunto de fatores que levam ao desmatamento e formular novas alternativas de combate ao desmatamento em áreas críticas.

Os nove estados da Amazônia Legal estão com as taxas de desmatamento em queda, liderados pelo Pará, com a supressão de 160,6 Km<sup>2</sup>, seguido do Mato Grosso com 36,5 Km<sup>2</sup> e Amazonas com 24,4 Km<sup>2</sup>. No total, foram desmatados 243,7 Km<sup>2</sup> em junho de 2010 contra 578 Km<sup>2</sup> em 2009/2010.

**Perfil** - O diretor do Inpe, Gilberto Câmara, apresentou dados do sistema Prodes, que cobre áreas quatro vezes menores que o Deter, constatando a mudança no perfil do desmatamento na Amazônia. Nas áreas inferiores a 25 Km<sup>2</sup>, fora do alcance das lentes dos satélites que registram os dados do Deter, o desmatamento saltou de 20% para 60% do total da área desmatada nos últimos dez anos. Os novos estudos confirmam a suspeita de que o desmatamento em áreas anexas às já desmatadas, os "puxadinhos", são a modalidade preferida pelos desmatadores para driblarem a vigilância por satélite. Este tipo de estratégia é usada indistintamente por pequenos, médios e grandes proprietários de terra e indicam que o Governo deverá reforçar a fiscalização e controle dessas áreas.

### **MMA e Inpe firmam acordo para combater a desertificação** - Rogério Ippoliti – Sítio Eletrônico do MMA – 09/08/2010

O Brasil passa a ter, a partir de hoje (09/08), uma importante ferramenta para combater e controlar a desertificação na região do semiárido. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Gilberto Câmara, assinaram um acordo que trata da elaboração do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação (SAP). A cerimônia foi na sede do Ibama, em Brasília, durante a II Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD).

Com o SAP, o Governo Federal terá informações fidedignas que serão capazes de prever períodos de seca no semiárido brasileiro e, dessa forma, identificar exatamente os cenários atuais de vulnerabilidade resultantes do uso da terra, com ênfase nas questões da desertificação. Além disso, o sistema pode traçar situações futuras em decorrência das mudanças climáticas. "Esse monitoramento vai permitir que haja uma antecipação nas ações contra a desertificação, e não esperar acontecerem os problemas para depois agir", argumentou Izabella Teixeira.

No primeiro ano do acordo será elaborado o banco de dados estatísticos e meteorológicos de sensoriamento por satélite, com informações que assegurem a observação dos danos em regiões afetadas e ampliem o conhecimento e avaliação dos efeitos da seca e desertificação. Isso permitirá o acompanhamento das consequências do aumento da temperatura global sobre a região do semiárido. Essas informações vão orientar a construção de políticas públicas integradas, em conjunto com a sociedade, para enfrentar a degradação das terras nas regiões mais secas do País.

A ministra do Meio Ambiente fez uma ressalva em relação ao período de transição que o mundo está passando por causa das mudanças climáticas. "Estamos falando do uso sustentável dos recursos naturais, da conservação da biodiversidade, da conservação da vida. Com as ações desse novo acordo e com todas as decisões que o Governo Federal tem tomado, queremos chegar a um ponto: ter o menor dos prejuízos do prejuízo que inevitavelmente vai acontecer", afirmou Izabella Teixeira, referindo-se às incertezas climáticas.

O diretor do Inpe, Gilberto Câmara, frisou que o SAP vai apoiar a Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD) num momento em que o mundo está vivendo uma "tragédia anunciada" por causa dos efeitos das mudanças climáticas. "Com

o sistema, vamos ampliar a qualidade das informações. Em particular, no Nordeste, onde há aumento da vulnerabilidade", citou Câmara, acrescentando que a falta de ação mundial, principalmente por parte de alguns países desenvolvidos, possibilitou a piora desse quadro.

Além de preparar a população contra os problemas da seca, sejam naturais ou produzidos pelo homem, as medidas de prevenção vão evitar problemas e também economizar verbas que seriam usadas de forma paliativa em frentes de trabalho, socorros de carros-pipa, fornecimento de cestas básicas, entre outras providências corriqueiras durante a vigência desses períodos. As áreas suscetíveis à desertificação no Brasil ocupam atualmente pouco mais de 1,1 milhão de quilômetros quadrados.

"Não só não conseguimos melhorar as antigas áreas de desertificação, como outras surgiram. Então, temos de fazer, temos de mudar. Com essa nova ferramenta, teremos dados para reorientar as políticas públicas. O tema da desertificação não pode chegar ao próximo governo de forma fragmentada e esse é o novo desafio", concluiu Izabella Teixeira. O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Egon Krakhecke, informou que já houve a contratação de cinco consultores que vão formar, no primeiro momento do SAP, o banco de dados com o mapeamento das regiões e com informações cruciais. Entre elas, de geologia, geomorfologia, pedologia (estudo dos solos no ambiente natural), cobertura vegetal e uso da terra.

**Posse** - Em continuidade ao processo de implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, o PAN Brasil, e respeitando os compromissos assumidos com a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, o Governo Federal criou a Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCDD), em julho de 2008. Na II Reunião Ordinária da CNCDD, realizada hoje (09/08), a ministra Izabella Teixeira empossou os membros da sociedade civil da Comissão.

Dezesseis pessoas tomaram posse, sendo seis suplentes. A ministra do Meio Ambiente se disse animada com a Comissão e, conseqüentemente, com a perspectiva de mudança. "Está na hora de ganhar expressão política. Se vocês querem uma agenda ambiental sóbria, rompam a agenda da sustentabilidade. Sejam inquietos, questionem, peçam, se articulem, tentem entender", finalizou Izabella Teixeira, falando para os novos membros da CNCDD, e também se referindo ao novo aperfeiçoamento tecnológico.

## **Lula pede simplificação das normas para conceder licenças ambientais – Canal Rural – 10/08/2010**

Presidente se reuniu com ministros para cobrar agilidade nos trabalhos  
Viviane Cardoso | Brasília (DF)  
Há menos de quatro meses de deixar o mandato, o presidente Lula reuniu nesta terça, dia 10, a equipe de ministros para cobrar agilidade nos trabalhos. Lula pediu a simplificação das normas para conceder licenças ambientais e atenção especial ao marco regulatório da mineração, que vai possibilitar a produção de fertilizantes.

Os ministros chegaram cedo para a penúltima reunião ministerial do governo. No encontro, o presidente avisou que vai acompanhar o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pediu prioridade para o PAC da Embrapa e atenção ao Mais Alimentos - o programa de financiamento da **agricultura familiar** para a compra de tratores. Lula cobrou do Ministério do Meio Ambiente e da Casa Civil regras mais simples para os licenciamentos ambientais.

– O presidente deu prazo até setembro para que seja concluída uma nova proposta de procedimentos e normas internas. Não são leis para acelerar o licenciamento ambiental – afirmou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Lula também pediu agilidade na conclusão do marco regulatório da mineração. A proposta, que vai normatizar a retirada de matéria-prima para produção de fertilizantes no país, deve ser encaminhada ao Congresso Nacional até o fim do ano.

– Tem que rever, de certa forma, o processo de exploração dos minérios, que são insumos para a produção de fertilizantes no Brasil. Essa é uma questão que ele quer enfrentar – completou Padilha.

No cenário internacional, o governo se mostrou contrariado ao apoiar o decreto das Nações Unidas que estabelece sanções ao Irã.

– Embora tenhamos achado ela inoportuna, nós internalizamos porque somos respeitadores da lei internacional, ao contrário de outros países – disse o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

### **Governo e ONG divergem sobre desmate - CLAUDIO ANGELO – Folha de São Paulo – Ciência – 10/08/2010**

Inpe aponta queda de 49% entre agosto de 2009 e junho deste ano; Imazon vê alta de 8% no mesmo período

Apesar da discrepância, taxa oficial, que vai ser divulgada até o fim do ano, deve acabar sendo uma das mais baixas

O desmatamento na Amazônia em 2010 deve ser, pelo segundo ano consecutivo, um dos menores da história, indicam dados de monitoramento por satélite. A questão é se a cifra será a menor ou a segunda menor. Depende de para quem se pergunta. O governo federal prevê uma queda recorde, com base em dados preliminares do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). A ONG Imazon fala em um aumento discreto em relação a 2009. No ano passado, a taxa foi a mais baixa da história: 7.400 km<sup>2</sup>, o equivalente a "apenas" cinco vezes a área da cidade de São Paulo. Ontem, os ministros Izabella Teixeira (Meio Ambiente) e Sergio Rezende (Ciência e Tecnologia) divulgaram dados que indicam uma queda de 49% entre agosto de 2009 e junho deste ano. Segundo o sistema Deter, que detecta o desmate com maior velocidade, mas menor

precisão, foram 1.808 km<sup>2</sup> desmatados nesse período, contra 3.537 km<sup>2</sup> nos 11 meses anteriores.

Rezende chegou a arriscar que o Prodes, sistema que dá a taxa oficial do ano, mostrará uma devastação "em torno de 5.500 km<sup>2</sup>". Já o SAD, sistema desenvolvido pelo Imazon e que usa o mesmo tipo de imagem de satélite que o Deter, aponta um aumento de 8% no acumulado agosto-junho.

## **QUENTE E SECO**

Adalberto Veríssimo, do Imazon, aposta que o número final ficará em torno de 8.000 km<sup>2</sup>. "É um ano muito quente e muito seco na Amazônia, além de ser ano de eleição", diz. "Vamos torcer para 5.000 km<sup>2</sup>, mas não bate com nada do que estamos vendo aqui", continua.

Se a previsão do governo se confirmar, será a primeira vez na história que o desmatamento amazônico cai em um ano de eleição. Um dos fatores que podem explicar a divergência grande entre o SAD e o Deter é a mudança no perfil do desmate amazônico.

## **CAFÉ PEQUENO**

Em vez de grandes derrubadas, concentradas no sul, sudeste e leste (o chamado "arco do desmatamento"), o que se vê hoje são derrubadas pequenas. Elas estão concentradas sobretudo no eixo da BR-163 e na Terra do Meio, no Pará e no sul do Amazonas (único Estado que teve aumento no desmate no período). Segundo Gilberto Câmara, diretor do Inpe, o número de desmatamentos menores de 50 hectares (limite de detecção do Deter) subiu de 30% do total na Amazônia em 2002 para 75% em 2009. "O Inpe reafirma que não dá para afirmar que o desmatamento caiu 50% por causa do problema dos pequenos desmatamentos", declarou.

## **Extração ilegal de madeira cai 75% no Pará - GIULIANA MIRANDA – Folha de São Paulo – Ciência – 10/08/2010**

A retirada não autorizada de madeira no Pará -maior produtor madeireiro nacional- diminuiu 75% (278,2 mil hectares) entre agosto de 2008 e julho de 2009, em comparação com o ano anterior. Apesar da redução, a maior parte da madeira ainda tem origem ilegal: 94,4 mil hectares, o equivalente a 73% da extração. O resultado faz parte do boletim Transparência Manejo Florestal do Pará, do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). O coordenador do estudo, André Monteiro, disse que a redução já era esperada, devido ao aumento da fiscalização e à preocupação das empresas. "As madeireiras estão mais preocupadas com as regras da atividade. Como não havia monitoramento, elas agiam livremente", afirmou o coordenador.

## **ESTRADAS**

Segundo o relatório, as derrubadas ilegais aconteceram em todas as regiões, mas foram mais concentradas em áreas próximas a estradas, devido à facilidade de escoamento. Para chegar ao raio-X da extração de madeira, o Imazon usou seu próprio programa de

análise de imagens de satélite, cruzando os dados com os de controle florestal da Sema (Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará). O excesso de nuvens em algumas imagens impediu que todo o Estado fosse avaliado. Algumas áreas consideradas críticas no ano passado escaparam. Assim, o Imazon diz que os números da extração podem estar subestimados. O secretário estadual de Meio Ambiente, Aníbal Picanço, disse que ainda não examinou o boletim e preferiu não se manifestar.

**Ministra busca apoio para cumprir as metas brasileiras** – Folha de São Paulo –  
Ciência – 10/08/2010

## DE BRASÍLIA

A divulgação dos dados de junho do sistema Deter foi feita com pompa e circunstância. A entrevista coletiva contava com dois ministros e um diretor do Inpe. É um barulho incomum para um dado tão banal: a série anual do Deter, de 12 meses, só será fechada mesmo daqui a duas semanas. Os dados mensais têm sido simplesmente postados no site do Inpe, com uma explicação da ministra do Meio Ambiente à imprensa no mesmo dia. E o Deter, como o próprio governo faz questão de frisar, não serve para fazer cálculo de área desmatada.

Izabella Teixeira, que assumiu o ministério no lugar do midiático Carlos Minc, tem dois motivos para dar tal tratamento ao número. O primeiro é o óbvio esforço de produzir fatos positivos no momento eleitoral. O segundo é a necessidade de obter visibilidade e apoio para o setor ambiental do governo numa hora delicada, a da discussão do Código Florestal.

A ministra comprou briga contra o projeto de reforma da lei em tramitação na Câmara dos Deputados. De autoria do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), ele tem pontos que o ministério considera inaceitáveis, como a anistia a desmatadores e a redução das áreas de preservação permanente. Teixeira quer propor um novo projeto de código, o que já despertou reação contrária do Ministério da Agricultura. Há também uma insurgência dos pecuaristas da Amazônia contra o acordo entre os grandes frigoríficos e o Ministério Público, que barra a compra de carne vinda de área desmatada ilegalmente.

A ministra quer mostrar que as medidas do governo para conter o desmate têm dado resultado, e que o Brasil está a caminho de cumprir, com folga, sua meta de cortar o desmatamento em 80% até 2020 -a meta para este ano seria de 9.000 km<sup>2</sup>, e é improvável que o desmatamento chegue a tanto. Mas, para isso, as medidas têm de ser mantidas, com um apoio fundamental: o de Luiz Inácio Lula da Silva. **(CA)**

**Desmatamento da Amazônia cai 49% em 12 meses, aponta o INPE** – Mauro  
Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 10/08/2010



O ritmo da devastação da floresta amazônica parece ter sofrido uma redução nos últimos 12 meses. O governo anunciou ontem uma queda de 49% no desmatamento da Amazônia até junho. Nesse período, foram derrubados 1.808 quilômetros quadrados, equivalente à soma das áreas dos municípios do Rio e Salvador.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), responsável pelo sistema de detecção rápida (Deter), informou que deixaram de ser desmatados 1.728 km<sup>2</sup> nesses 12 meses, a área igual aos municípios de São Paulo e Belo Horizonte somados. Os “campeões do desmatamento” no período foram os Estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Amazonas. O sistema monitorou 777 municípios.

Embora as motosserras tenham “poupado” esse território até aqui, o Inpe fez importante alerta: o Deter tem precisão de apenas 40%. “A nossa indicação é de tendência de queda. A magnitude disso ainda não se sabe o quanto será. Não é correto dizer, com certeza, que houve queda de 49%. Não temos garantia de que vimos tudo por conta dos pequenos desmatamentos”, afirmou o diretor do Inpe, Gilberto Câmara. Ou seja, a devastação deve ter sido maior do que foi possível detectar pelo sistema.

Mesmo assim, as taxas estão em trajetória descendente desde 2004. O Inpe projeta desmatamento de 4 mil km<sup>2</sup> em 2010, o que ficaria abaixo do limite de 9 mil km<sup>2</sup> assumido como meta na conferência do clima em Copenhague.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, admitiu que esses “puxadinhos”, áreas de destruição inferiores a 25 km<sup>2</sup>, têm aumentado tanto que já significam 60% do total das derrubadas. “O que o Inpe nos mostra é que havia uma tendência de desmatamento acima de mil hectares no passado. Esse desmatamento caiu. Os pequenos desmatamentos têm subido. Eram da ordem de 20%, em 2002, e hoje já chegam a 60% do total do patamar registrado”, disse.

Em junho deste ano, a devastação da Amazônia bateu em 244 km<sup>2</sup>, resultado 58% inferior ao registrado no mesmo mês de 2009 — área quase igual ao município de Curitiba. Os maiores desmatamentos foram identificados no Pará (161 km<sup>2</sup>), Mato Grosso (36,5 km<sup>2</sup>) e Amazonas (24 km<sup>2</sup>).

Ao anunciar os dados, a ministra chamou a atenção para um “aumento residual” de 13% nas derrubadas registradas no Amazonas. O município de Lábrea, que compõe a lista dos 43 municípios “campeões do desmatamento”, foi um dos principais polos da destruição. A área de influência da BR-163 (Cuiabá Santarém) também sofreu aumento na destruição. “Não sabemos ainda o que está ocorrendo. Esses dados são para auxiliar no processo de fiscalização. Verificou-se um pico [de desmatamento] em relação ao Amazonas e dirigimos a fiscalização.

Estamos avaliando o que ocorre lá para novas operações”, afirmou. A ministra disse que esse resultado pode estar ligado à menor cobertura de nuvens neste ano, o que ajudou o satélite a “enxergar” mais destruição. A situação, segundo ela, revelou uma “mudança no perfil” de desmatamento na região.

**“O desmatamento da Amazônia não caiu 49% como divulgou o Inpe” - Bruno Huberman – Carta Capital – 11/08/2010**

*Beto Veríssimo, diretor do Imazon, instituto que utiliza os mesmos satélites do Inpe, vê precipitação na divulgação dos dados pelo Ministério do Meio Ambiente*

O Ministério do Meio Ambiente divulgou nesta segunda-feira 9 dados do Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), sistema utilizado pelo Inpe (Instituto

Nacional de Pesquisas Espaciais) para medir o desmatamento. Segundo o Ministério, o desmatamento diminuiu 49% na Amazônia entre agosto de 2009 e junho de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para Beto Veríssimo, diretor do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), que utiliza os mesmos satélites do Inpe, porém, um sistema de análise diferente, a divulgação e a extrapolação desses dados foram precipitadas, principalmente em se tratando de ser um ano eleitoral e de que falta ainda um mês para terminar o período de análise. Ele diz que esse levantamento é ainda preliminar e os dados oficiais sairão apenas após a eleição.

Segundo dados preliminares do Imazon, o desmatamento no bioma amazônico teve um aumento de 8% em relação ao período anterior. Entre agosto de 2008 e julho de 2009, o instituto registrou o menor índice de desmatamento na história por conta de dois motivos: a crise econômica iniciada no segundo semestre de 2008, que gerou uma diminuição na demanda do mercado por soja e outros commodities, e por conta do período de muitas chuvas, que diminui a necessidade do desmatamento ilegal.

Beto acha difícil que os números deste anos registrem um desmatamento abaixo de 5000 km<sup>2</sup>. O Inpe divulgou um número de 1.808,55 km<sup>2</sup>, enquanto no penúltimo levantamento apontava 3.536,68 km<sup>2</sup>. Os últimos dados do Imazon registraram 7.700 km<sup>2</sup>. “É como se dissesse que a economia irá crescer 20% neste ano”, compara Veríssimo.

O diretor do Imazon ressalta que o governo Lula realizou um bom trabalho na contenção do desmatamento da Amazônia. “O Brasil tinha um hiperdesmatamento antigamente. Entre os anos de 1995 e 2005 a média era 19.500 km<sup>2</sup> por ano”. A partir de 2006, os números diminuíram devido ao bom trabalho do governo na fiscalização em relação aos governos anteriores. Contudo, ainda estão longe do ideal.

## **Mato Grosso lançará bolsa para "exportação" de florestas e rios - RODRIGO VARGAS – Folha de São Paulo – Mercado – 11/08/2010**

Propriedades rurais interessadas no mercado de compensações ambientais serão auditadas

Ativos serão avaliados e colocados à disposição de interessados em compensar as emissões de suas atividades

O setor agropecuário de Mato Grosso, conhecido internacionalmente por seus passivos ambientais, anunciou que pretende se tornar "exportador" de florestas, rios, áreas de reserva legal e de preservação permanente. Entidades como a Famato (Federação da Agricultura e Pecuária) e a Fiemt (Federação das Indústrias) lançaram na última semana uma bolsa de ativos ambientais que irá cadastrar, auditar e certificar propriedades rurais interessadas no mercado de compensações ambientais.

Os ativos de cada área serão avaliados a partir de parâmetros internacionais, diz Ricardo Arioli, diretor-executivo do Instituto Ação Verde, Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) ligada à Famato que irá se encarregar da certificação. Ao final do inventário, os créditos serão colocados à disposição de quem quer

compensar as emissões de suas atividades econômicas. "Será uma plataforma de negócios. Uma empresa que utiliza carvão mineral nos EUA, por exemplo, poderá comprar ativos originados em uma fazenda de Mato Grosso", diz Arioli.

Segundo ele, o inventário não irá calcular o potencial de áreas de mata preservadas. Fatores como a biodiversidade e a "pegada hídrica" de cada propriedade também serão contabilizados e convertidos em créditos. "Existem metodologias para calcular a contribuição de uma área de mata ciliar preservada para a disponibilidade de água em determinada região. Esse serviço ambiental pode se transformar em crédito", diz. As primeiras áreas a serem cadastradas serão 1.234 pequenas propriedades ribeirinhas que participam de um programa de recuperação das margens do rio Cuiabá. Arioli diz que Mato Grosso tem ativos ambientais suficientes para suprir com folga a demanda estadual. "Ao contrário do que costuma ser dito, temos mais ativos do que passivos."

## **NOVAS**

## **PRÁTICAS**

O ambientalista Laurent Micol, coordenador-executivo da ONG ICV (Instituto Centro de Vida), disse que avalia a proposta apenas como "uma intenção positiva". "Na prática, o mercado de serviços ambientais ainda não existe. Não há compradores em grande escala e falta definir a regulamentação sobre o que pode e o que não pode ser contabilizado."

## **O novo Código Florestal – Valor Econômico – Opinião – 11/08/2010**

A preservação dos recursos naturais, o respeito pelo ambiente, a defesa da biodiversidade estão entre os valores consagrados pela sociedade moderna. Sua importância está incorporada ao pensamento e à cultura contemporânea e ninguém ousaria defender a destruição da natureza ou a utilização dos recursos naturais até seu esgotamento. Também não se pode tolerar mais a existência da violência social que submete enormes contingentes humanos, em especial a população mais pobre, à fome, à doença e à degradação.

De todas as necessidades humanas, a primeira, sem a qual não se chegaria a qualquer outra, porque é pressuposto para que tudo o mais possa ser perseguido e obtido, é a alimentação. Comida é vida, é sobrevivência, é combustível para existir. Comida precisa ser produzida, sobretudo pela agricultura, já que não nasce em prateleiras dos supermercados.

O imenso esforço para que nosso povo superasse os níveis endêmicos da fome a que esteve submetido por tanto tempo, dependeu basicamente de dois fatores: a vontade política de priorizar o combate a esse problema e a existência de níveis crescentes de produção de alimentos, o que conseguimos atingir em nosso país graças à nossa agricultura moderna e eficiente.

Hoje, não só produzimos todo o necessário para alimentar nossa população como geramos excedente exportável de alimentos e outros produtos agrícolas, responsáveis pelo superávit no comércio exterior brasileiro e também pela alimentação dos povos de 215 países no mundo.

Assim como seria criminoso defender a destruição dos recursos naturais, pois o acesso a eles é direito sagrado que devemos garantir à população, também o é, com efeitos mais imediatos, querer diminuir ou conter a produção de alimentos. Alimento não só mata a fome, mas garante a saúde, pela nutrição, e prolonga a vida e o bem-estar das gerações, inclusive as futuras.

Por tudo isso é importante haver equilíbrio na discussão do tema das relações entre produção e preservação ambiental.

Equilíbrio é, sobretudo, coragem, porque entre posições extremadas e apaixonadas, o equilíbrio costuma levantar objeções de desgosto dos dois lados.

Foi essa coragem do equilíbrio, sem se preocupar em conquistar os aplausos fáceis mas buscando uma síntese comprometida apenas com o país e seu povo, o que deu grandeza e importância ao trabalho do deputado Aldo Rebelo na relatoria do novo Código Florestal.

Combatido e criticado, Aldo Rebelo é homem de convicções arraigadas numa tradição intelectual e ideológica que está longe de ser considerada conservadora.

Ele reconheceu a importância de se garantir os instrumentos da política de preservação sem destruir ou diminuir a capacidade produtiva da agricultura brasileira.

O parlamentar manteve todos os índices de preservação nos vários biomas. Mas recusou-se a aceitar propostas aberrantes a que levavam interpretações enviesadas e ideológicas como a que pretendia destruir 20% das áreas produtivas para substituí-las por recomposição florestal.

É preciso defender a preservação. O desmatamento zero. A biodiversidade. E isso está garantido no relatório apresentado pela Comissão Especial do Código Florestal. Mas não se pode aceitar que pessoas que não conhecem a realidade da vida no campo, a luta da produção, por mais bem intencionadas que possam ser, estabeleçam, de modo voluntarista, limites que oneram um setor produtivo que já enfrenta dificuldades para continuar a garantir alimento ao povo brasileiro.

Muitos fazem discursos vazios, embora encantadores, sobre a defesa do meio ambiente. Mas são os produtores rurais que no amaino cotidiano da terra, cuidam da natureza. São eles que combatem a erosão, protegem as nascentes, evitam o assoreamento de cursos d'água, manejam a terra e devolvem a ela o que dela tiram para produzir.

Aos bem intencionados defensores do meio ambiente, para que sua valiosa luta seja coroada de êxito, ao invés de combater a produção, ajudem a disseminar, como já está fazendo hoje a agricultura brasileira, as boas práticas agronômicas que permitem compatibilizar aumento de produção, sobretudo de alimentos, com maior preservação ambiental.

Essa parceria positiva é mais eficiente do que o simples ativismo que parece admitir que a diminuição da produção de alimentos possa ser um benefício para a humanidade.

Foi com esse espírito de conciliação, de parceria entre segmentos sociais e produtivos que agiu a Comissão Especial do Código Florestal. Ouviu a todos em audiências públicas, discutiu com técnicos e pesquisadores, dando conteúdo científico a estudos sobre o tema, percorreu o Brasil e encaminhou uma proposta ao parlamento.

A ninguém, senão aos prepotentes, é dada a pretensão de se julgar acima das leis oriundas das decisões do Congresso Nacional.

É no confronto das idéias que se construirá o consenso capaz de garantir a produção e a preservação, valores inarredáveis para a continuidade da sociedade justa e produtiva que estamos construindo.

Wagner Rossi é ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## **Brasil e Estados Unidos assinam acordo que converte dívida em proteção ambiental** - Maiesse Gramacho – Sítio Eletrônico do MMA – 12/08/2010

Os governos do Brasil e dos Estados Unidos assinaram nesta quinta-feira (12), em Brasília, acordo para reduzir pagamentos de uma dívida brasileira com os EUA no valor aproximado de US\$ 21 milhões ao longo dos próximos cinco anos. Em troca do pagamento da dívida, o Governo Brasileiro se compromete a destinar recursos para projetos de conservação nos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga.

"Essa iniciativa representa um salto qualitativo. É mais um instrumento que fortalece a cooperação bilateral, amplia a participação de atores e a oferta de recursos", avaliou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. O documento foi assinado pela procuradora da Fazenda Nacional, Fabíola Saldanha, e pela Encarregada de Negócios da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, Lisa Kubiske, que substituiu o embaixador Thomas Shannon no evento.

O acordo entre os dois países tornou-se possível graças ao *Tropical Forest Conservation Act* (TFCA), também conhecido como Lei para a Conservação de Florestas Tropicais, promulgada pelos EUA em 1998. Recursos oferecidos por meio do TFCA vêm dando apoio a iniciativas como conservação de áreas protegidas, manejo de recursos naturais e apoio ao desenvolvimento de atividades sustentáveis de subsistência para comunidades silvestres.

Este é o primeiro acordo do tipo entre EUA e Brasil, mas o 16º assinado pelos Estados Unidos. Já foram assinados acordos com Bangladesh, Belize, Botsuana, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Indonésia, Jamaica, Panamá (dois acordos), Paraguai, Peru (dois acordos) e Filipinas. A expectativa é de que esse mecanismo gere mais de US\$ 239 milhões para proteger florestas tropicais em todo o mundo.

**Dívida** - A dívida que será convertida em proteção ao meio ambiente foi contraída pelo Brasil por volta dos anos 1960. De acordo com Izabella Teixeira, o País vinha cumprindo o cronograma de pagamento, e já teria pagado mais de US\$ 100 milhões. A credora é a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development - Usaid*).

Agora, os cerca de US\$ 21 milhões restantes serão destinados a um fundo e, posteriormente, a projetos de conservação na Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Segundo a ministra, o primeiro desembolso ocorrerá em outubro e será de aproximadamente US\$ 7 milhões.

O embaixador Luis Alberto Figueiredo, chefe do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Itamaraty, que também participou da cerimônia de assinatura do acordo, explicou que os pagamentos e a aplicação dos recursos serão geridos por um comitê a ser criado. "Serão nove membros, entre eles um representante da Usaid", disse. Para Lisa Kubiske, da Embaixada Americana, assinar o acordo com o Brasil "é um prazer". "Ele representa vários anos de trabalho e, em teoria, é simples. Mas na verdade é complexo, porque se trata de um compromisso financeiro entre os dois países", avaliou.

A representante estadunidense ressaltou o interesse de seu país em contribuir para a preservação da Mata Atlântica, do Cerrado e da Caatinga. "Os três biomas são áreas que necessitam de mais recursos", considerou.

De acordo com a ministra Izabella, a Floresta Amazônica não foi incluída no acordo por já possuir o Fundo Amazônia e outras fontes de captação de recursos.

**Unidades de conservação do Pará podem gerar R\$ 4,4 bi em 20 anos – Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil – 12/08/2010**

O Pará deverá licitar até o fim deste ano três lotes de florestas públicas estaduais à iniciativa privada.

Serão 850 mil hectares de mata nativa para a exploração econômica sustentável — e com potencial retorno financeiro não só para a empresa concessionária, mas para os municípios e o próprio Estado.

Um estudo realizado pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), de Belém, aponta que as unidades de conservação de Paru, Trombetas e Faro, localizadas na chamada Calha Norte do rio Amazonas, poderão gerar uma receita de R\$ 4,4 bilhões e criar 8,9 mil empregos diretos e indiretos entre 2011 e 2030.

Os números vão contra uma concepção antiga — mas ainda corrente — de que as florestas protegidas por lei “congelam” a área e atrasam o desenvolvimento local. “Quisemos mostrar que a floresta em pé também pode gerar renda, que a legalidade também dá dinheiro”, afirma Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Imazon. Atualmente, essas áreas florestais geram pouca renda e emprego.

O estudo avalia as cadeias produtivas da madeira e de castanhas. Considera também que as atividades econômicas sejam legais, com informalidade zero no mercado de trabalho, exploração manejada e beneficiamento local da madeira.

Para Rodrigo Bandeira, consultor do Imazon que coordenou o estudo, o manejo representaria 95% da receita e dos empregos possíveis de gerar com madeira. Isso porque os lotes apresentam um bom mix de madeira — de alto valor (10% do volume total), de médio (60%) e de baixo valor (30%).

Segundo o estudo, a produção agregada até 2030 seria de 3,6 milhões de metros cúbicos de madeira serrada — 184 mil metros cúbicos por ano. Em 2010, o metro cúbico variou de R\$ 1.504 pela madeira nobre a R\$ 711 pela de baixo valor. Tomando-se como base esses valores, seria gerada uma receita total de R\$ 4,2 bilhões em 20 anos, sendo R\$ 880 milhões para o setor público via impostos. “Mas o preço nominal da madeira aumentou anualmente 14% entre 2004 e 2009”, lembra Veríssimo.

A produção agregada de castanhas entre 2011 e 2030, por sua vez, seria de 45 mil toneladas nos três lotes de mata. Isso representaria uma receita no período de R\$ 181 milhões, sendo R\$ 7,3 milhões em impostos, e 328 empregos.

Veríssimo explica que a taxa interna de retorno para a madeira extraída de forma legal é de 70%. A da madeira ilegal é praticamente o dobro. “Mas está cada vez mais difícil operar na ilegalidade”, diz.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor), o pré-edital para a concessão de Paru deverá ser lançado em setembro. Se tudo ocorrer como o esperado, o edital será lançado até novembro. “Queremos levar o manejo florestal para o Estado”, diz Carlos Augusto Pantoja Ramos, diretor de desenvolvimento de cadeias florestais do Ideflor.

Primeiro dos três lotes a serem licitados, a Floresta Nacional de Paru é a maior unidade de conservação de uso sustentável do mundo.

De sua área total de 3,6 milhões de hectares, cerca de 600 mil serão transferidos ao setor privado. Em 2013, o governo estadual pretende licitar Trombetas e Faro, mais

250 mil hectares. “A única saída para o setor madeireiro na Amazônia é a concessão florestal em unidades de conservação”, diz Veríssimo.

De toda a madeira explorada hoje na Amazônia, 21% vão para o mercado externo e 79% ficam no mercado doméstico. O Estado de São Paulo consome, sozinho, 17%.

### **Aquecimento global ameaça agricultura – Sítio Eletrônico do MST – 13/08/2010**

A onda de calor sem precedentes que assola a Rússia diminui a produção de grãos, o que pode aumentar o preço dos alimentos, afirma o especialista Lester Brown. Uma turbina eólica no Estado de Iowa pode produzir eletricidade limpa. Mas o governo dos Estados Unidos destina milhares de milhões de dólares para subsidiar a produção de etanol, com mínimas consequências sobre o aquecimento global, disse Lester, fundador do Instituto da Terra, com sede em Washington.

“O mais inteligente que os Estados Unidos podem fazer é eliminar aos poucos os subsídios do etanol”, acrescentou Lester, referindo-se à alta do preço de alguns alimentos devido à onda de calor sem precedentes que assola o oeste da Rússia, que dizimou cultivos e aumentou a quantidade de mortos por dia. “Costumamos ter entre 360 e 380 mortes por dia nesta época. Agora são 700. A mortalidade duplicou”, disse à agência russa Ria-Novosti o chefe do departamento de Saúde da prefeitura de Moscou, Andrei Seltsovski.

“A lição que temos de aprender diz que deve ser levada mais a sério a mudança climática, e realizada uma rápida redução das emissões de gases-estufa, antes que a situação fuja ao controle”, alertou Lester à IPS. Em julho, a temperatura média em Moscou esteve oito graus acima do normal, e “esse tipo de aumento durante todo um mês é algo inédito”, acrescentou.

Foram registrados 37 graus na capital russa no dia 9. A temperatura média normal de agosto é de 21 graus. Foram 28 dias seguidos de temperaturas superiores a 30 graus. A umidade da terra caiu a níveis só observados uma vez a cada 500 anos, afirmou Lester. A previsão é que a produção de trigo e outros grãos caia 40%, ou mais, na Rússia, no Cazaquistão e na Ucrânia. A região produz 25% das exportações mundiais de trigo.

O primeiro-ministro russo, Vladimir Putin, anunciou que o país proibirá as exportações de grãos. O preço dos alimentos aumentará, mas ainda não se sabe quanto, previu Lester. “Só sabemos que o trigo, o milho e a soja já estavam mais caros no começo deste mês do que em agosto de 2007, antes do recorde do preço dos grãos”, acrescentou.

Os gases-estufa liberados na atmosfera pela queima de combustíveis fósseis concentram a energia solar na atmosfera. Especialistas climáticos prevêm que seja mantido o aumento na quantidade e intensidade das ondas de calor e que ocorram mais secas. O calor e os incêndios custaram a vida de centenas de pessoas no ano passado, na pior seca que aconteceu na Austrália em mais de um século, que também prejudicou o

setor agrícola. Na Europa ocorreu algo similar em 2003, quando morreram 53 mil pessoas, mas os cultivos não foram tão afetados.

Se a onda de calor que assola a Rússia tivesse atingido regiões produtoras de grãos como aquelas onde ficam Chicago e Pequim, as consequências teriam sido muito piores, porque a produção de cada uma delas é cinco vezes maior do que a russa, disse Lester. As perdas chegaram a entre 100 e 200 toneladas de grãos, com consequências inimagináveis para o fornecimento de alimentos. “O que acontece na Rússia é chama atenção para a vulnerabilidade do fornecimento de alimentos”, ressaltou.

O clima da Terra está esquentando e a maioria dos cultivos é sensível ao calor e à falta de água. A produção de arroz caiu de 10% a 20% nos últimos 25 anos na Tailândia, Índia, China e Vietnã, devido ao aquecimento global, segundo nova pesquisa da norte-americana Universidade da Califórnia. Dados coletados em 227 fazendas bem irrigadas mostram uma importante redução na produção devido às altas temperaturas registradas durante a noite, segundo os pesquisadores.

“Quanto mais quentes são as noites, mais diminui a produção de arroz”, disseram Jarrod Welch, da Universidade da Califórnia, em San Diego, e seus colegas do Proceedings of the National Academy of Sciences. Estudos anteriores chegaram a conclusões similares em terrenos experimentais, mas esta é a primeira vez que ocorre em condições reais e em grande escala.

Com tanta pressão sobre o fornecimento de alimentos, simplesmente é um erro utilizar 25% da produção de grãos para produzir etanol e usar como combustível de automóveis, insistiu Lester. “É preciso eliminar gradativamente os subsídios ao etanol e reduzir de fato as emissões contaminantes de forma urgente”, acrescentou.

**Mundo pode ter "buraco" na proteção ao clima** – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – 16/08/2010

Cancún não deve gerar desenho de novo tratado contra o aquecimento

Ricos e pobres brigam sobre cumprimento de metas; novo tratado dificilmente poderá entrar em vigor em 2013

É cada vez maior entre negociadores internacionais o sentimento de que o mundo ficará sem um acordo de proteção ao clima por algum tempo após 2012, quando expira a primeira fase do Protocolo de Kyoto. Brasileiros ligados à discussão ouvidos pela **Folha** afirmam que seria ambicioso demais até mesmo ter o desenho do novo acordo pronto na conferência de Cancún, em novembro.

No máximo, alguns pontos pendentes desde a malfadada conferência do clima de Copenhague seriam resolvidos neste ano.

**ADIAMENTO**



O debate mais importante -quanto os países se dispõem a cortar em suas emissões de gases de efeito estufa- só começaria no ano que vem, na reunião da África do Sul. E nada garante que ele seja resolvido lá. Como leva um tempo entre a adoção de um acordo internacional e sua ratificação pelos parlamentos dos países (Kyoto, por exemplo, levou oito anos para ser ratificado), dificilmente um tratado entraria em vigor em 2013. É o que os especialistas chamam de "buraco de implementação". "Isso teria impactos na luta contra o aquecimento global, sobre o mercado de carbono e sobre o próprio mercado", diz Luiz Alberto Figueiredo Machado, negociador-chefe do Brasil.

Segundo ele, o buraco de implementação poderia sinalizar para a economia que tecnologias limpas não são uma prioridade de investimento, retardando sua entrada no mercado.

Foi o que aconteceu com o setor de energia limpa nos EUA em 2001, depois que o presidente George W. Bush rejeitou Kyoto. "Quero que em Cancún sejam dados passos na direção certa, independentemente de chegarmos ao resultado ou não", afirma Figueiredo. O problema é que "ninguém consegue entrar em acordo sobre qual é o caminho", diz o cientista político David Victor, da Universidade da Califórnia em San Diego, nos EUA.

## **A CURTOS PASSOS**

"O buraco é muito mais do que de implementação. Há um vácuo internacional de governança", afirma Victor. Nesse vácuo, diz, será difícil levantar dinheiro para projetos como para redução de emissões por desmatamento. Cancún pode ter avanços: é possível que seja anunciada a criação de centros regionais de tecnologias limpas, que usariam a verba de US\$ 30 bilhões até 2012 combinada em Copenhague.

Mas o principal avanço, paradoxalmente, deve ser a morte oficial do Acordo de Copenhague.

### **Brasil teme "FMI ambiental" nas metas de redução – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 16/08/2010**

Apesar de ser um documento fraco e de ter sido rejeitado por vários países, o Acordo de Copenhague contém entendimentos políticos considerados importantes. Essas assimilações devem ser incorporadas ao texto do chamado LCA, que debate o futuro regime de proteção ao clima em todo o mundo. A esperança é que a meta de limitar o aquecimento a 2°C e o fundo verde para o combate à mudança climática nos países em desenvolvimento - pontos do acordo- virem itens "oficiais".

Mas Copenhague deixou também uma espécie de "ativo tóxico" que está causando celeuma entre os países ricos e aqueles que estão em desenvolvimento. É a chamada ICA, sigla em inglês para Análise e Consultoria Internacional. O termo foi criado pelo Acordo de Copenhague para designar a verificação das metas voluntárias de redução de emissões de poluentes adotadas pelos países em desenvolvimento e sem financiamento externo.

## FMI

## AMBIENTAL

EUA, o Japão e outros países que estão no grupo dos desenvolvidos acham que a ICA deve ter cunho de debate político, no qual as ações verificadas seriam passíveis de cobrança -da mesma forma como o FMI (Fundo Monetário Internacional) prescreve políticas para vários países. Já alguns países emergentes, como o Brasil, veem isso como uma ingerência externa e defendem que a ICA seja apenas um órgão técnico e não de regulação das políticas ambientais.

Como a ICA só vale para países em desenvolvimento, teme-se também que os EUA fiquem, mais uma vez, livres para adotarem suas ações de redução de CO2 como, quando e se quiserem. "O Brasil não tem problemas com transparência, mas tem problemas com análise do tipo que o FMI faz", disse à Folha o embaixador extraordinário para a Mudança do Clima, Sérgio Serra.  
(CA)

**"Precisamos reverter os efeitos das mudanças climáticas"** – Sítio Eletrônico do MST  
– 17/08/2010

Os acampados e acampadas da Via Campesina discutiram os rumos da agricultura e produção de alimento diante do novo cenário climático que se consolida no mundo, sexta-feira. "Se o clima mudar completamente, será muito difícil manter uma agricultura no mundo. Mais do que barrar, precisamos reverter os efeitos das mudanças climáticas", enfatizou Camila Montecinos, da organização GRAIN, do Chile.

Segundo ela, a Via Campesina encara como os protagonistas dessa tarefa de barrar as mudanças climáticas, os camponeses e camponesas de todo o mundo. Eles e elas serão os agentes transformadores e responsáveis, através de sua agricultura, por impedir a continuidade desse processo. Isso porque os grandes responsáveis pela emissão de gases poluentes na atmosfera, responsáveis pela sua poluição e transformações nos ventos e chuvas, são as grandes indústrias. Os também responsáveis pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, que envenenam nossos solos e águas, são os latifundiários e grandes empresas.

Além disso, essa agricultura em larga escala objetiva tão somente a exportação, fazendo com que um alimento viaje pelo mundo. Para essa viagem é necessário gasto de petróleo, ao transportar o alimento, de energia para manter este refrigerado, além dos gastos com as inúmeras embalagens que logo após o consumo, irão poluir o meio ambiente.

Como as cidades, os estados e os países, não consomem somente o que é produzido em suas regiões, o impacto de todo esse caminho necessário para que o alimento chegue à mesa das pessoas, é imenso. Todo esse sistema de industrialização causa mais da metade da contaminação responsável pelas mudanças climáticas. Assim, segundo Camila, a Via Campesina considera que essas mudanças no clima são ocasionadas pelo atual modelo de produção e consumo no mundo.

Já o processo de produção desenvolvido pela agricultura familiar proporciona um impacto muito menor ao meio ambiente. Nessa cultura não são utilizados aditivos químicos, usa-se matérias orgânicas para adubar o solo, que além de preservá-lo, produz um alimento mais saudável. Além disso, o alimento pode ser vendido diretamente ao consumidor, poupando mais desgaste ao meio ambiente, pois diminui o trajeto do alimento até a mesa da população e, ainda, poupa a refrigeração, pois se pode consumir o alimento fresco.

O povo campesino soma cerca de 95% da população rural no mundo, mas possui apenas 1/5 da área rural mundial, mesmo produzindo mais da metade dos alimentos consumidos pela população. “A defesa da agricultura camponesa e indígena não é apenas um direito, mas uma necessidade para o futuro da humanidade. Seguimos adiante com nossa luta”, finalizou Camila.

### **Modelo de consumo imposto pelo capitalismo destrói o planeta**

Diego Montón, do Movimento Nacional Campesino e Indígena da Argentina (MNCI), deu continuidade às discussões chamando a atenção dos presentes para o fato de que a matriz de consumo à qual a sociedade é induzida pelas transnacionais, consome mais energia e matérias primas do que o planeta consegue produzir ou reciclar. O país que, sem dúvida, lidera esse modelo são os Estados Unidos da América, cujo consumo exarcebado está deixando o planeta doente.

Os camponeses, por sua vez, possuem uma sabedoria ancestral para produzir de maneira saudável e com menos impacto ao meio ambiente. “Temos todo um antecedente de anos e anos, de gerações e gerações, de produção de alimentos em conformidade com a natureza”, ressaltou Diego. Este modelo capitalista vigente está colocando em risco a humanidade e as gerações futuras.

De acordo com Montón, o capitalismo tenta se eximir de sua responsabilidade frente à destruição do meio ambiente, com falsas soluções harmônicas com a natureza. Uma delas é o agrocombustível. Entretanto, não há nenhum sentido nisso, já que para produzir cana de açúcar, soja, e demais fontes energéticas, é preciso de maquinário que utiliza combustível fóssil, aditivos químicos e outros elementos que contribuem para a poluição e destruição do meio ambiente.

Para a Via Campesina, um ponto central de sua luta é fortalecer a luta campesina, a luta a partir dos territórios, e ter claro os inimigos contra os quais devemos lutar, como as transnacionais. Um outro ponto pelo qual é necessário lutar, é a ideia de que a terra, a água, os bens naturais não são mercadorias. Além disso, é necessário seguir trabalhando e desenvolvendo a agroecologia, somando a ela os conhecimentos ancestrais de produção, acumulados por nossos povos. É necessário seguir na luta pela reforma agrária e para que os governos impulsionem a produção agrícola familiar, através de recursos federais para quem a desenvolve.

Para Diego é preciso, também, fortalecer as alianças entre os movimentos sociais, mas não apenas entre os movimentos camponeses, mas com os movimentos e organizações urbanas. “As mazelas que estamos discutindo, como a escassez de alimentos e a destruição do meio ambiente irão atingir e prejudicar a todos e todas, sejam urbanos ou rurais”, completou ele.

**Clima – reflorestamento em Cancún** – José Goldermberg – Estado de São Paulo –  
Espaço Aberto – 18/08/2010

Desde o início da civilização, cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados de florestas desapareceu e elas foram substituídas por cultivos agrícolas. Os efeitos negativos da ação predatória sobre florestas já foram detectados na Europa há mais de 200 anos e amplos programas de reflorestamento foram lá realizados no século 19. Mais recentemente, um novo problema, decorrente da destruição das florestas – a perda de biodiversidade e de perturbações no ciclo hidrológico –, foi detectado: a emissão de gases que provocam o aquecimento global. Em um hectare de área coberta por uma floresta densa estão armazenadas cerca de 300 toneladas de CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono), correspondentes a dez caminhões carregados de petróleo ou carvão. É por essa razão que o desmatamento que ainda ocorre no mundo (principalmente na Amazônia, na Indonésia e na África) contribui significativamente para o aquecimento da Terra.

Há, portanto, sólidas razões para reduzi-lo e estimular o reflorestamento de áreas degradadas, e esses são dois componentes importantes do esforço que se trava hoje para evitar que o clima da Terra mude de forma desastrosa. A necessidade de reduzir o desmatamento já foi compreendida e absorvida pela maioria dos governos, inclusive no Brasil, e esforços estão sendo feitos nesse sentido.

O Plano Nacional de Mudanças Climáticas prevê uma redução de 30% na área desmatada por ano na Amazônia até 2013, o que é claramente um progresso se for efetivamente posto em prática. A meta mais ambiciosa é reduzir o desmatamento em 80% até 2020.

Apesar disso, as vantagens do reflorestamento e da recuperação de áreas degradadas continuam a encontrar dificuldades, pela incompreensão de certos grupos. A primeira delas é a ideia, que se origina na desinformação de alguns ambientalistas, de que o reflorestamento usando pinus ou eucalipto dá origem a um “deserto verde” onde nem passarinhos sobrevivem e que essas culturas perturbam o ciclo hidrológico. As técnicas florestais mais modernas superam esses problemas e por essa razão o Protocolo de Kyoto inclui o reflorestamento como uma das atividades que se podem beneficiar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Por esse mecanismo, países em desenvolvimento que promoverem o reflorestamento podem receber pagamento pelo carbono que a floresta plantada absorve. Empresas dos países industrializados que arcarem com parte dos custos desse reflorestamento recebem “créditos” que podem ser usados nos seus países de origem para demonstrar perante o governo que estão reduzindo as suas emissões. A obrigação de reduzir as emissões nesses países decorre do Protocolo de Kyoto.

A segunda é que o Brasil poderia ser um dos grandes beneficiários desse mecanismo, mas, curiosamente, apenas um projeto de reflorestamento existe entre os mais de 5 mil projetos aprovados de MDL. Uma das razões para tal são os preconceitos dos ambientalistas europeus, que argumentam que, se os seus países promovessem o reflorestamento nos países em desenvolvimento, seriam deixados de lado os esforços internos para emitir menos carbono, via aumento da eficiência energética e mudança dos padrões de consumo.

Na realidade, os países europeus estão reduzindo as suas emissões. Por causa desses problemas, a Conferência das Partes da Convenção do Clima que se reuniu há alguns anos em Marrakesh, no Marrocos (COP-7, 2001), atribuiu às reduções de emissões resultantes do reflorestamento “créditos provisórios”, com base no argumento

tecnicista de que seria impossível garantir que a área reflorestada permaneceria intacta ao longo dos anos e, portanto, não seria realmente sustentável. Com isso os investidores se desinteressaram de usá-los. A solução fácil para esse problema seria cobrar, juntamente com os créditos, um seguro para garantir a sua preservação.

É tempo de corrigir essa distorção no MDL, bem como incluir benefícios para o desmatamento evitado (RED), e se espera que isso seja feito na Conferência do México, em Cancún (COP-16), em novembro próximo, o que permitirá expandir as atividades de reflorestamento e proteção de florestas em muitos países tropicais e, principalmente, no Brasil. Essa, aliás, é uma das poucas áreas em que progresso real poderia ser conseguido em Cancún, por que o Acordo de Copenhague (COP-15, 2009) reduziu as esperanças de se alcançar um acordo global de redução das emissões. Segundo esse acordo, só se pode contar com ações nacionais voluntárias nos principais países emissores (EUA, China, Índia, Brasil e uns poucos outros), que estão ocorrendo, mas não no nível necessário e desejável. Resolvendo o problema do desmatamento se dissipariam também as “teorias conspiratórias” levantadas pelo deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), relator do novo projeto do Código Florestal, de que reduzir a destruição de florestas tropicais interessa aos EUA, e não ao Brasil.

Segundo essa “teoria”, se o desmatamento cessar, a produção agrícola nos países em desenvolvimento – que é competitiva –, como no Brasil, deixará de crescer e os EUA continuarão a dominar o mercado de alimentos. Essa “teoria” está errada, por duas razões: por um lado, existem amplas áreas onde a agricultura dos países em desenvolvimento se pode expandir sem destruir florestas; por outro, os EUA não têm a capacidade de produzir e vender, sozinhos, os alimentos de que o mundo necessita, e não há dúvidas de que, se o fizessem, os preços dos alimentos subiriam muito. “Fazendas nos EUA e florestas intactas nos países em desenvolvimento” (*Farms here, forests there*) não é uma proposta séria e os congressistas brasileiros não devem permitir que prossiga o desmatamento em nome de teorias esdrúxulas. O Brasil é grande o suficiente para ter florestas preservadas e amplas áreas para produção agrícola, com tecnologia moderna.

### **Homem provoca mais queimadas do que o clima, diz pesquisador – Kátia Brasil – Folha de São Paulo – 18/08/2010**

Para ele, grande parte dos incêndios são criminosos, para abrir caminho para desmatamento

Nos últimos dois dias, Inpe registrou 7 mil focos de queimada em 7 Estados localizados na Amazônia Legal

A ação humana é a principal causa da "epidemia" de queimadas na Amazônia e no Centro-Oeste neste ano, diz o pesquisador do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Alberto Setzer, responsável por monitorar os incêndios no país. Ele diz que fatores climáticos, que favorecem a seca prolongada no sul da Amazônia e outras partes do país, colaboram para o fenômeno, porém em escala menor. Nos últimos dois dias, segundo o Inpe, foram registrados 9.070 focos de queimadas no país; 7.000 em sete Estados da Amazônia Legal. O processo, que o pesquisador chama de "desmatamento não-ostensivo", não é medido nas estimativas do desmatamento. Segundo ele, o fogo está abrindo caminho para futuras derrubadas de floresta.

Isso acontece principalmente em regiões de Mato Grosso, Pará e Tocantins e estaria abrindo caminho para futuros desmatamentos. Para Setzer, a discussão atual sobre o novo **Código Florestal**, em que foi levantada a possibilidade de anistia para os desmatadores, também estimula as queimadas.

## ESPECULAÇÃO

Para o coordenador do Programa Nacional de Redução e Substituição do Fogo nas Áreas Rurais e Florestais, coronel Wanius de Amorim, isso é "especulação". "Não vou falar por especulação, vou falar por dados técnicos que temos", diz. O Ministério do Meio Ambiente informou ontem que tem monitorado as áreas de queimadas. No domingo, a ministra Izabella Teixeira sobrevoou os Estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins.

**Além do Código Florestal** – André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/08/2010

Não interessando daquela do debate da reforma do Código Florestal se está, pelo menos um consenso existe entre os interessados no assunto: tanto o código vigente quanto o novo, em discussão no Congresso Nacional, carecem de ciência que dê suporte às obrigações impostas sobre o setor produtivo. Já passou da hora de deixar os argumentos emotivos dela –do tipo “coitados dos produtores de café do sul de Minas Gerais, porque agora todos eles são bandidos” e “coitados dos cientistas bonzinhos que ficaram alijados do processo de discussão da reforma porque nem sequer foram consultados” – e partir para um debate com base mais fatos do que em crenças, no qual as segundas intenções “saem do armário”.

Do argumento retórico de que agropecuária e meio ambiente podem conviver em harmonia num mundo ideal, como propagado pelo Talking Headsem( *Nothing but Flowers*), é preciso reconhecer que o equilíbrio entre produção agropecuária e conservação resulta de um choque de concessões de ambos os lados. Os dois grandes temas que sustentam a discussão da reforma do Código Florestal são o chamado “passivo ambiental” e o controle do desmatamento. A regra de bolso é que o passivo precisa ser resolvido – lembrando que não há como definir, pretono branco, quais produtores atuais são responsáveis diretos por ele, embora saibamos que muitos deles são e outros tantos, não –sem estimular avanço na fronteira. Melhor dizendo, orientando o avanço na fronteira nas regiões onde isso faz sentido, mas com taxas de conversão muito menores do que as vistas no Brasil nos anos passados.

É preciso que se diga que resolver o passivo não significa isentar os produtores das suas obrigações com a reserva legal e, sobretudo, com as áreas de preservação permanente (APPs), tampouco estipular desmatamento zero em todos os biomas, mesmo que apenas para um período de cinco anos. Um argumento-chave utilizado no debate é o da disponibilidade de terra. De um lado, argumenta-se que o cumprimento ao pé de letra do código reduziria a área disponível para produção agropecuária. De outro, que a expansão da agricultura pode ocorrer integralmente sobre pastagens sem a necessidade de incorporação de novas áreas na fronteira. O primeiro argumento está errado e o segundo é retórico. Feitos a partir de uma metodologia consistente e baseada no que se tem de melhor em tratamento de dados em sistemas de informação geográfica no Brasil, dados do professor Gerd Sparoveck me permitem concluir que ainda existem cerca de 36 milhões de hectares, sendo 68% (25 milhões de ha) nos Cerrados de

Maranhão, Piauí, Tocantins, Bahia e Centro-Oeste, disponíveis para expansão do setor agrícola. Esse montante assume que as novas áreas a serem abertas respeitarão reserva legal e APPs e que estão localizadas em áreas com condições de declividade, solo e clima boas ou ótimas para a produção de grãos. Sem considerar as condições de aptidão, a disponibilidade pula para 79 milhões de hectares (51 milhões nos Cerrados).

Considerando que na mata atlântica já é proibido desmatar que um pacto pelo desmatamento zero no bioma Amazônia tem grandes chances de ser viabilizado, a área disponível para expansão é de 25 milhões de hectares, sendo a diferença em relação a`queles 79 milhões hectares a área que não faz sentido desmatar. O professor Gerd estima em 88 milhões de hectares o passivo, sendo metade de reserva legal e a outra metade de APPs. O Brasil deve abrir mão dos 25 milhões de hectares de Cerrado com uma moratória contra o desmatamento? Não. O Brasil vai gastar todo esse estoque de terra aumentando produção agrícola? Se depender do mercado, também não.

Os dados do laboratório de sensoriamento remoto da Universidade Federal de Goiás (Lapig) indicam que o desmatamento médio anual dos Cerrados entre 2002 e 2007 foi de 551 mil hectares. Ou seja, para usar os 25 milhões de hectares no ritmo atual de expansão da fronteira – estou assumindo que todo o desmatamento dos Cerrados avaliado pelo Lapig foi fruto da expansão de grãos, em maior parte, e pastagens, em menor parte– serão necessários 45 anos.

No futuro, no entanto, podemos esperar um ritmo de desmatamento inferior ao observado nos anos anteriores e, por consequência, maior crescimento de lavouras sobre pastagens. Não só porque a fiscalização está cada vez mais forte, mas também porque novas restrições serão impostas. Nesse sentido, no contexto do Estudo de Baixo Carbono para o Brasil coordenado pelo Banco Mundial, fizemos, no Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), uma projeção para a expansão do setor agrícola no País até 2030.

Grãos, cana-de-açúcar e florestas plantadas vão necessitar de mais 14,9 milhões de hectares, sendo que as pastagens acomodarão cerca de 10 milhões. A diferença, 4,9 milhões, ocorrerá pela conversão de áreas de Cerrados. Dado que as projeções são de 2008 a 2030, estamos falando de um desmatamento anual médio de 200 mil hectares. Se o futuro for como estamos imaginando, precisaremos de 126 anos para “gastar” todo o Cerrado apto para produção agrícola com uma taxa de expansão deste setor que atende à crescente demanda mundial. Considerando os 51 milhões de hectares de Cerrado disponíveis, precisaremos de 3,5 gerações para usar toda a área disponível. A verdade é que o setor agrícola e os benefícios que ele traz para a sociedade brasileira e os consumidores mundiais vão além da discussão da reforma e até mesmo da existência do Código Florestal. Por razões de mercado, grande parte da expansão das lavouras vai ocorrer sobre as pastagens, promovendo a intensificação da pecuária propalada por todos os interessados no tema do Código Florestal. Manter a competitividade da agricultura de grãos do Brasil, no entanto, passa pelo uso inteligente das áreas de Cerrado, condição quase que exclusiva do Brasil no mundo. Temos 126 anos para administrar isso.

**Aquecimento pode estar por trás de secas no Brasil** – Reinaldo José Lopes e Claudio Angelo - Folha de São Paulo – Ciência – 19/08/2010

Eventos climáticos extremos são esperados em fases de mudança global

Projeções apontam que picos de secura vão ficar mais comuns em regiões como Nordeste; também ocorre variação natural

Está acontecendo agora, provavelmente vai acontecer de novo. Para cientistas, os extremos climáticos, como a secura que turбина queimadas no Centro-Oeste e na Amazônia, podem estar ligados ao aquecimento global. O mesmo vale para as enchentes que deixaram 20 milhões de desabrigados no Paquistão nas últimas semanas, ou para a seca na Rússia, a pior da história, que devastou as plantações de trigo e fez aumentar o preço do pão até no Brasil. Claro, nenhuma dessas catástrofes pode ser atribuída de forma específica às mudanças climáticas globais. É difícil separar os efeitos do aquecimento causado pelo homem da variabilidade natural do clima quando se trata de casos isolados. "Mas o que se pode dizer é que a frequência com que eventos climáticos extremos ocorrem tende a aumentar", afirma o físico Paulo Artaxo, da USP. Desse ponto de vista, a secura no interior do país, e em especial na região amazônica, é o esperado. "Os modelos climáticos [projeções do clima futuro feitas em computador] projetam secas maiores no centro e no leste da Amazônia e no Nordeste", afirma o climatologista José Antonio Marengo, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). "No Centro-Oeste haveria mais ondas de calor", disse Marengo, que ontem participava de um evento sobre mudança climática e desertificação em Fortaleza.

## **ENERGIA**

## **EXTRA**

Artaxo, da USP, lembra que o primeiro fator responsável por estimular eventos climáticos fora do comum num planeta mais aquecido é a energia sobrando. "Você injeta energia extra no sistema ao aquecer a atmosfera. E essa energia precisa ir para algum lugar", afirma.

Outro ponto crucial, segundo Marengo, é o fato de que continentes e oceanos esquentam a taxas diferentes -é mais difícil esquentar uma massa de água do que a mesma massa de terra.

Como o ciclo da chuva e o dos ventos dependem muito dos mares, a diferença mais acentuada de temperatura entre oceano e continente pode levar a mais vendavais e mais tempestades.

"É como se houvesse uma aceleração no ciclo hidrológico, como se ele virasse um carro andando em quinta."

A estiagem deste ano ainda não virou uma catástrofe no Brasil. "Está só um pouco mais seco do que a média", diz o climatologista Carlos Nobre, também do Inpe. Já a onda de calor russa tem tudo para virar um estudo de caso, como o evento semelhante que matou 30 mil pessoas na Europa em 2003. Segundo Nobre, ambas as ondas de calor foram causadas por bloqueios atmosféricos. "É como se fosse uma bola sobre a região, que não deixa o ar frio entrar." Nobre diz que não há nenhuma boa teoria ligando os bloqueios atmosféricos ao aquecimento global. Mas cita estudos depois da onda de 2003, mostrando que a probabilidade de ela ter a ver com o fenômeno era de 80%. No caso da Rússia, essa possibilidade é menor, afirma.



**Incêndios no Centro-Oeste poupam agricultura** – Alexandre Inácio – Valor Econômico – Agronegócios – 19/08/2010

As cenas de incêndios consumindo lavouras na Europa também podem ser vistas em alguns Estados brasileiros. Em cidades de Goiás e Mato Grosso as plantações de milho safrinha não recebem chuvas há mais de 150 dias, o que eleva o risco de incêndios, espontâneos ou causados por acidentes.

Levantamentos não oficiais realizados por alguns produtores mostram que quase 500 hectares de lavouras foram atingidos por incêndios nos últimos dias em municípios de Goiás. Um curto circuito no motor de uma colheitadeira foi suficiente para iniciar uma queimada em uma plantação de milho safrinha em Mineiros, que consumiu quase 100 hectares.

O recente incêndio no Parque Nacional das Emas, no sudoeste goiano, próximo às divisas com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, atingiu áreas de produção já colhidas. O fogo, no entanto, consumiu apenas a palha do milho depositada sobre o solo após a colheita e que serve como base para o plantio direto da safra de verão. Por conta disso, a Federação de Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg) já espera por um aumento nos custos para o próximo ciclo de plantio, que começa a partir de setembro próximo.

“Muitas vezes o incêndio não é espontâneo, mas qualquer fagulha é suficiente para que ele tenha início por conta da baixa umidade relativa e do longo período sem chuvas”, afirma Edson Alves Novaes, gerente de estudos técnicos e econômicos da Faeg.

Em Mato Grosso, maior produtor de soja do país, mesmo com os graves problemas enfrentados no município de Macelândia, o incêndio não teve impactos sobre as áreas produtivas. O governo ainda não concluiu as perdas provocadas pelas queimadas deste ano, mas os focos registrados ocorreram após a conclusão dos trabalhos de colheita.

“Registrados uma queima em uma área coberta por palhada em Sorriso e um incêndio que matou aproximadamente 50 cabeças de gado em Juara. Fora isso as perdas foram mínimas”, afirma Rogério Romanini, diretor de relações institucionais da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato).

Em Mato Grosso do Sul, a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado (Famasul) informou que houve um aumento no número de focos de incêndio, mas nada suficiente para provocar perdas sobre a produção de milho. Com a safrinha praticamente colhida, a preocupação está no efeito que a falta de chuva ainda pode provocar.

O motivo para um período tão longo sem chuvas se deve ao período de transição entre os fenômenos climáticos El Niño (aquecimento das águas no oceano Pacífico) e o La Niña (esfriamento das águas do oceano Pacífico).

“Diante desse cenário, acreditamos que as chuvas devem começar mais tarde neste ano. As precipitações que geralmente têm início na segunda quinzena de setembro devem ocorrer neste ano a partir de segunda quinzena de outubro”, afirma Eduardo Gonçalves, da Somar Meteorologia.

Diante do cenário de prolongamento da estiagem, a preocupação dos produtores do Centro Oeste é com as condições para o próximo plantio. “A previsão é de 50 milímetros de chuva para outubro, quando precisamos de pelo menos o dobro disso. Nossa safrinha já sofreu com a estiagem”, disse Romanini, da Famato

## **Unidade de conservação tem queimada e gado mesmo após operação Boi Pirata – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 27/08/2010**

Seis meses depois do fim da operação Boi Pirata na Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, no Pará, uma grande quantidade de gado foi flagrada pastando ao lado de uma área queimada em umas das maiores Unidades de Conservação da Amazônia. A Boi Pirata foi criada justamente para expulsar o gado dessas unidades.

Ocupantes de área equivalente a quase oito vezes o tamanho da cidade de São Paulo haviam sido notificados a retirar todo o gado da reserva. Mas ele estava pastando dentro da Unidade de Conservação ao lado de novas áreas de queimadas – provocadas para abrigar novos pastos, avalia André Muggiati, coordenador do Greenpeace.

Na semana passada, a Flona do Jamanxim teve seu território sobrevoado por uma equipe da ONG ambientalista. As fotos a que o **Estado** teve acesso foram feitas durante o sobrevoo. O gado estava mais ao centro, distante das fronteiras da floresta. A Flona do Jamanxim é uma das unidades de conservação campeãs em queimadas na Amazônia, segundo boletim da ONG, baseado em dados dos satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Entre o final de julho e o dia 22 de agosto, foram detectados 885 focos de incêndio na Jamanxim. “O gado deveria ter sido todo retirado”, reagiu ontem Rômulo Mello, presidente do Instituto Chico Mendes, responsável por administrar as unidades de conservação do País. A presença de gado na reserva federal depois da passagem da operação Boi Pirata, segundo ele, é mais um lance do conflito que envolve a sobrevivência da reserva. “Há um confronto entre o Estado e ocupantes da Flona”, observou.

Na Flona do Jamanxim há uma guerra de números sobre o que se passa no local. O presidente do sindicato rural de Novo Progresso, Agamenon Menezes, disse que há mais de 100 mil cabeças de gado no interior da reserva. “Tirarm apenas umas 350 cabeças, o restante ninguém tirou não, é tudo fantasia”, disse Menezes, que também é representante da Federação de Agricultura e Pecuária do Pará. No balanço da operação Boi Pirata no Jamanxim, iniciada em julho de 2009, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) contabilizou a retirada de 100 mil cabeças de gado, de forma voluntária, pelos proprietários. A apreensão de gado teria alcançado mil cabeças. Ontem, o Ibama insistiu que o principal objetivo da operação foi atendido.

Em um ano, o desmatamento na unidade caiu 93%. “Apesar da presença de gado remanescente, o desmatamento estancou”, disse Bruno Barbosa, coordenador-geral de fiscalização. Apesar dos problemas para consolidar e fiscalizar a área de proteção ambiental na Flona do Jamanxim, o presidente do Instituto Chico Mendes revelou que o governo quer criar mais 1,5 milhão de hectares em novas unidades de conservação na Amazônia até o fim do ano. A extensão supera o tamanho da Jamanxim. Representa quase dez vezes a cidade de São Paulo. “Problemas não podem servir de desculpa para não criar novas unidades. O que não virar reserva vai se transformar em pasto”, justificou Mello. Ao mesmo tempo, projetos de lei no Congresso propõem a extinção de várias unidades já criadas. Censo do instituto no Jamanxim mostra que a área da reserva ainda é ocupada por posseiros, grileiros e proprietários legítimos de terras.

### **Floresta foi criada em 2006**

Com mais de 1,3 milhão de hectares, a Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, no Pará, foi criada no início de 2006, ano do assassinato da freira Dorothy Stang, em meio aos

conflitos por terras no Estado. Com a criação da Flona, o governo queria barrar o avanço do desmatamento em uma das principais fronteiras na Amazônia. Quatro anos depois da implementação da reserva, o governo ainda não pagou indenizações aos ocupantes e os limites da Flona estão sendo novamente discutidos. O governo admite encolher em 10% o tamanho da reserva, mas adiou o desfecho da negociação para depois das eleições, revelou o presidente do Instituto Chico Mendes, Rômulo Mello. A operação Boi Pirata teve uma nova edição, a terceira, há dois meses, no município de Macelândia, em Mato Grosso. O Ibama não prevê nova operação na Flona do Jamanxim.

### **Governo admite que País não tem plano contra incêndios – André Vialli - Estado de São Paulo – Vida – 27/08/2010**

O governo brasileiro não possui plano de emergência para combater as queimadas e os incêndios florestais, que vêm assolando o País há um mês. A secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Maria Cecília Wey de Brito, reconheceu que a questão é grave, especialmente nas áreas de preservação ambiental, como parques e reservas florestais. “Temos solicitado apoio do Exército e da Polícia Federal para ajudar as brigadas no combate aos incêndios. Mas o que ocorre é que o número de focos de incêndio não para de crescer, parte em decorrência do clima seco, parte por causa do hábito de se atear fogo no solo”, disse Maria Cecília, após participar do fórum Biodiversidade e Nova Economia, em São Paulo. “Infelizmente, não estamos dando conta.” Até ontem, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicavam a ocorrência de 40.245 focos de incêndios em todo o Brasil ao longo de 2010, um crescimento de 130% em relação ao mesmo período de 2009. Um dos pontos mais preocupantes é a expansão do número de queimadas em áreas de proteção ambiental: são 18.159 focos de janeiro a agosto, uma expansão de mais de 300%, na comparação a 2009.

#### **Perícias.**

À tarde, em Brasília, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, abriu reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), onde discutiu o tema. Izabella afirmou que o ministério solicitou perícias para apurar as causas e aplicar punições previstas na lei de crimes ambientais para incêndios criminosos. Segundo Izabella, cerca de 7 mil bombeiros estão trabalhando no combate aos incêndios, além de homens do Exército e brigadistas.

#### **Mobilização.**

A falta de um plano de ação emergencial por parte do governo em relação ao problema dos incêndios florestais provocou mobilização nas redes sociais. Internautas organizaram no Twitter a campanha #Chegadequeimadas, que chegou a figurar nos Trending Topics (ranking dos tópicos mais comentados) das 4h46 às 6h26 e reuniu mais de 60 mil mensagens de 25 mil internautas. O manifesto rapidamente disseminou mensagens contrárias aos focos de incêndio que assolam o Brasil nos últimos dias. “A Natureza clama por socorro”, “Décadas serão necessárias para a vegetação voltar a florescer”, “Porque a maior parte dos candidatos obtém apoio e dinheiro de incendiários?”, foram algumas das opiniões colocadas. A campanha continua nos próximos dias.

**Mudanças climáticas modificam padrão de crescimento das florestas – André Vialli**  
– Estado de São Paulo – vida – 29/08/2010

As mudanças climáticas já estão causando alterações no padrão de crescimento das florestas – tanto das tropicais quanto das temperadas –, mostram dois estudos realizados pelo Smithsonian Institution, dos Estados Unidos, obtidos pelo Estado.

As alterações no clima têm feito com que as florestas tropicais cresçam em um ritmo mais lento do que o habitual, ao passo que o inverso ocorre nas florestas temperadas, onde as árvores se desenvolvem a taxas mais aceleradas. Em ambos os casos, o fenômeno pode ser explicado pelo aumento nas concentrações de CO<sub>2</sub> na atmosfera. “Nos últimos 40 anos verificamos um aumento de 15% nas emissões de CO<sub>2</sub> na atmosfera. Era esperado que isso afetasse os padrões de crescimento das florestas, mas só agora estamos tendo as primeiras pistas de como isso está acontecendo na prática”, afirma o pesquisador Stuart James Davies, diretor científico do Smithsonian Tropical Research Institute, considera da uma das principais instituições mundiais de estudos na área de ecologia tropical, com atuação em 40 países. Após realizar estudos de campo em florestas de área superior a 50 hectares (o equivalente a 50 campos de futebol), localizadas na Ilha Barro Colorado, no Panamá, e em Pasoh, na Malásia, a equipe concluiu que as florestas tropicais estão registrando as menores taxas de crescimento dos últimos 21 anos.

Foram analisadas mais de 400 mil árvores e arbustos, marcados e catalogados ao longo de 30 anos. Segundo a pesquisa, as taxas de crescimento dos troncos caíram significativamente nas duas florestas. No Panamá, várias amostras foram analisadas. Em um grupo de 242 espécies, os padrões de crescimento se alteraram em 95% delas, sendo que em 71% as mudanças foram bastante significativas. Na Malásia, de um grupo de 775 espécies de árvores, 95% apresentaram taxas de crescimento inferior às verificadas nos últimos 20 anos. Nos dois casos, explica Davies, as alterações no padrão de crescimento estão associadas a mudanças nos regimes climáticos locais. Entre elas, a redução da média anual de temperaturas mínimas e aos níveis de chuvas. “As causas dessa redução no crescimento das árvores ainda precisam ser melhor compreendidas. Mas há uma nova dinâmica em curso, claramente um sinal das mudanças climáticas.” O estudo faz parte do projeto HSBC Climate Partnership, criado pelo grupo financeiro britânico como objetivo de conduzir experiências de campo sobre os efeitos das mudanças climáticas sobre os ecossistemas e, a longo prazo, também na economia.

Florestas temperadas.

As florestas localizadas em regiões de clima temperado – como nos Estados Unidos e Europa – também estão tendo seus padrões de crescimento alterados, mas no sentido contrário. Essas florestas crescem a taxas aceleradas, nunca vistas nos últimos 225 anos, aponta outro estudo, realizado pelo Smithsonian Environmental Research Center, que também faz parte do Smithsonian Institution. Experimento desenvolvido em florestas do Estado americano de Maryland pelo ecólogo Geoffrey Parker foi publicado em fevereiro pela *Proceedings of The National Academy of Sciences (PNAS)*, a publicação da Academia Nacional de Ciências dos EUA. Parker rastreou as taxas de crescimento das árvores com idades entre 5 anos e 225 anos e as incluiu em um modelo matemático. Mais de 90% das amostras cresceram entre duas a quatro vezes mais rápido que o padrão delimitado pelo modelo matemático. Na floresta que serviu de base para o estudo, as

taxas de CO2 na atmosfera cresceram 12% nos últimos 22 anos e a estação mais quente, onde ocorre majoritariamente o crescimento das árvores, se prolongou por mais sete a oito dias por ano. “Se olharmos para os resultados dos dois estudos é possível concluir que a resposta das florestas às mudanças climáticas é rápida”, diz Davies. O pesquisador explica que essas mudanças, associadas às alterações drásticas nas paisagens causadas pela ocupação humana – como desmatamentos e queimadas – podem trazer impactos importantes na regulação do clima e do regime de chuvas, especialmente nas regiões tropicais. Amazônia.

No Brasil, o Experimento de Grande Escala da Interação Biosfera-Atmosfera da Amazônia (LBA), iniciativa que soma mais de 150 projetos de pesquisas, ainda não possibilitou aferir conclusões sobre como o bioma é afetado pelo aquecimento global. “Ainda não temos dados suficientes para afirmar que a floresta tropical brasileira teve seus padrões de crescimento alterados em razão das mudanças climáticas”, afirma Luiz Antonio Martinelli, pesquisador da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP). Ele explica que as florestas tropicais têm maior variabilidade genética e possibilidade de adaptação a mudanças do que as florestas de clima temperado. “Mas já temos um banco de dados consistente para investigações futuras.”

### **Brasil avança com o debate ambiental – O Estado de São Paulo – 30/08/2010**

Cesário Ramalho da Silva - O Estado de S.Paulo  
A agropecuária brasileira, composta pelo pequeno, o médio e o grande produtor rural, não quer mudar o **Código Florestal** para desmatar mais e obter novas áreas para produzir. Por mais óbvio que isso seja, alguns setores ainda insistem em tachar o produtor de vilão ambiental. A Sociedade Rural Brasileira tem legitimidade para falar sobre essa questão. Desde 1927 mantém ativo em seu quadro um departamento exclusivo para defender o meio ambiente e a proteção dos recursos naturais em consonância com a produção rural.

Há aproximadamente cinco décadas a agricultura e a pecuária tinham usos e costumes extrativistas. No início dos anos 1970 o agronegócio brasileiro se transformou. A criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) impulsionou a tecnologia de produção agrícola dos trópicos, pautada pela ciência, alçando o Brasil à condição de potência rural do século 21.

O resultado? Abastecimento contínuo e comida farta na mesa do cidadão brasileiro e grandes exportações - leia-se: divisas, emprego e renda -, que só não são maiores em razão do protecionismo europeu, norte-americano e japonês e por causa de entraves domésticos, sendo a deficiente infraestrutura logística - transportes, armazenagem e portos - o gargalo mais latente. A combinação de luminosidade natural, qualidade pluviométrica, solos férteis, disponibilidade de terras e recursos hídricos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) e o empreendedorismo do produtor rural tornou a agropecuária brasileira protagonista no cenário mundial.

O País passou a produzir mais e melhor em menos área. Saiu da condição de importador para celeiro do mundo. Aumentou a sua produtividade, especialmente com as lavouras avançando sobre pastagens degradadas, fenômeno que ainda tem muito a crescer. Soma-

se a isso a expansão de práticas conservacionistas e que se mostraram competitivas economicamente, como, por exemplo, a silvicultura, a integração lavoura-pecuária-floresta e a técnica do plantio direto. A verdade é que a iniciativa da Câmara dos Deputados de encarar a necessidade de alteração do Código Florestal é louvável. O simples fato de chamar a atenção para a problemática da legislação ambiental merece elogios.

Há tempos grupos antagonistas a qualquer tipo de ajuste no Código Florestal boicotavam esforços nesse sentido. Isso acabou atrasando um debate mais que imprescindível ao desenvolvimento social, econômico e ambiental do Brasil. Ou seja, se mudanças no Código Florestal já tivessem sido encaminhadas, neste momento não estaríamos analisando o passado, e sim planejando um futuro sustentável.

O fato é que milhares de produções centenárias estavam na ilegalidade jurídica e precisavam ser regularizadas. Não se trata de passar a mão na cabeça daquele cafeicultor ou produtor de maçã que desmatou sem muito bem saber o impacto desse ato. Erros foram cometidos por desconhecimento técnico - por falta de uma extensão rural acessível e decente -, mas não por má-fé. Quem age com dolo não é o genuíno produtor rural brasileiro. O que se pretende com ar e formado Código Florestal é equilibrar produção e proteção, criando um ambiente favorável à manutenção e à atração de novos investimentos, inclusive direcionados ao pagamento por serviços ambientais.

Custa-me a crer que alguém realmente pense que o fator econômico é rival do meio ambiente. Não são coisas excludentes, ao contrário, são absolutamente interdependentes. Desde sempre o produtor é amigo do meio ambiente. Além de entendê-lo como indispensável à viabilidade da atividade rural, o produtor agora sabe que o meio ambiente é passaporte para lucrar mais.

Porque é nessa relação que se encontra a sustentabilidade. Quem zela pelo meio ambiente o faz porque é um princípio reconhecido como correto pela sociedade. E cuida mais ainda porque sabe que ser sustentável é cortar custos, atender a exigências comerciais e, muito em breve, obviamente, ser mais bem remunerado.

Dessa forma, o relatório apresentado pelo deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), relator do novo Código Florestal, tem muito mérito. Foi democrático, corajoso e contou com amparo técnico. A comissão especial da Câmara dos Deputados realizou 68 audiências públicas por todo o País. Nos encontros, o relator ouviu as partes interessadas no assunto e colheu informações e sugestões para a elaboração do projeto de lei.

De fato, não é um texto definitivo, nem se propunha a ser, e assertivamente já proíbe novos desmatamentos. É um documento que escancara o debate para que uma nova lei nasça sob a luz da ciência. De maneira clara e objetiva, diferentemente do código em vigor.

Só para lembrar, a legislação vigente, originária de 1965, foi remendada por portarias, decretos e medidas provisórias, à revelia da sociedade e do Congresso Nacional. O que se buscou agora foi justamente expor a situação crítica do Brasil rural e convidar todos a participar da solução.

O debate pautado por extremos não é salutar para a Nação. O que o Brasil precisa é de alianças que estimulem a nossa vocação de produzir alimentos e energia renovável em equilíbrio com os produtos naturais que temos. Promover a cisão nos levará a outro futuro. O desenvolvimento sustentável se dará pela geração de riqueza atrelada à proteção do meio ambiente e ao respeito pelo entorno social.

A discussão ambiental também teve o valor de colocar o agro como protagonista das decisões estratégicas da Nação. A realidade é que o setor precisa e deve ser tratado e valorizado politicamente em pé de igualdade com a importância econômica e os benefícios socioambientais que gera para o País.

PRESIDENTE DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRONEGÓCIO DA FIESP E MEMBRO DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO MERCOSUL

#### **AGROPAUTA - Programa Agricultura de Baixo Carbono é apresentado ao setor florestal – Sítio Eletrônico do MAPA – 30/08/2010**

**Brasília (30.8.2010)** - Membros da Câmara Setorial de Florestas Plantadas conhecerão os detalhes do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) nesta terça-feira, 31 de agosto. A importância dessa iniciativa sustentável, lançada em junho pelo Ministério da Agricultura, será apresentada durante a 9ª reunião ordinária do setor. O plantio de florestas comerciais, como eucalipto e pinus, é um dos sistemas previstos no ABC para reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Também estão na pauta do encontro o zoneamento agropecuário e a agenda estratégica para os próximos cinco anos.

#### **Serviço**

9ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Florestas Plantadas

**Dia:** 31.8.2010 (terça-feira)

**Hora:** das 14 às 17 horas

**Local:** auditório térreo do Ministério da Agricultura - Brasília (DF)

#### **ONGs e setor privado buscam avanços em certificações ambientais – Samantha Maia – Valor Econômico – Brasil – 31/08/2010**

O crescimento do interesse das empresas por certificados que mostrem a responsabilidade econômica e ambiental de seus produtos levantou o questionamento da comunidade acadêmica sobre até que ponto essas políticas trazem resultados efetivos.

Qual seria o alcance desse envolvimento voluntário do setor privado com práticas sustentáveis? Para Ricardo Abramovay, professor de economia da FEA-USP, o

envolvimento das companhias e das Organizações Não Governamentais (ONGs) nas discussões sobre novas práticas do mercado trazem mudanças reais no processo produtivo. “Há uma transformação cultural dos dois lados. Das empresas, que abrem processos significativos de negociação, e das organizações sociais, que se preparam tecnicamente para participar das negociações”, diz Abramovay.

O professor considera que os movimentos sociais estão tornando-se mais capazes de fazer proposições a partir do conhecimento técnico exigido para negociar com as empresas. “Há dez anos, não havia no Brasil qualquer experiência dos movimentos sociais em discutir com a gestão administrativa das empresas a forma com que os mercados vão funcionar”, diz.

Para Tim Bartley, sociólogo e especialista americano em novos parâmetros para o desenvolvimento sustentável, no entanto, o engajamento das empresas na busca de certificados pode, por outro lado, trazer impactos negativos sobre a ação dos movimentos populares, na medida que ela tem um efeito de diminuir o poder de mobilização desses grupos. Nesse sentido, ele chama atenção para o fato de que a certificação virou um campo especializado, com regras próprias e dinâmicas de poder.

Michael Conroy, economista e diretor da Colibri Consulting, empresa de certificação e desenvolvimento sustentável, por sua vez, defende que o sistema de certificação promove uma transformação nos processos globais de governança, respondendo às pressões da sociedade. “Não é um movimento restrito”, diz.

Leda Paulani, professora da FEA/USP, considera que sem haver um controle do Estado, a certificação pode virar algo frágil. “Se essas questões ficarem restritas ao voluntarismo, pode faltar uma melhora expressiva nas ações das empresas”, diz Leda.

Abramovay não classifica o movimento como algo alheio ao Estado, mas complementar. Segundo ele, a política de certificação só é válida se for para ir além do que o Estado exige, ou para legitimar a legislação. “Não é uma discussão de inspiração neoliberal, que retira o papel do Estado.

O certificado se propõe a ser mais efetivo que a legislação, já que é fruto de um processo de negociação.” Roberto Smeraldi, presidente da ONG Amigos da Terra Brasil, diz que é essencial que as certificações se antecipem à legislação. “As empresas não podem utilizar as certificações para provar o cumprimento da legislação, mas sim como estratégia para se antecipar a futuras exigências”, diz. Para realizar tal esforço, as empresas precisam estar motivadas a fazer algo que por vezes significa o aumento de seus custos. Thierry Hommel, pesquisador francês da Fondation Nationale des Sciences Politiques, explica que as empresas buscam eficiência ambiental e econômica, além de uma justificativa ao seu público.

No momento atual, porém, o debate já estaria enraizado na sociedade, dificultando uma atitude indiferente das empresas em relação às pressões por uma postura sustentável na condução de seus negócios, diz Abramovay. “A atividade econômica hoje está profundamente enraizada na vida social, e por isso não há como a empresa ficar indiferente.” O ganho mais perceptível hoje, segundo o professor da FEA-USP, é a maior transparência sobre a atividade das companhias. “Estamos caminhando numa escala inédita de conhecimento de quanto as empresas emitem de poluição, o impacto da sua atividade sobre a biodiversidade”, diz.

Os especialistas estiveram reunidos ontem em São Paulo no evento “Oficina sobre Governança Corporativa Conduzida pela Sociedade Civil na América Latina: Questões de Pesquisa Crítica e Oportunidades para Colaboração”, organizado pelo Núcleo de Economia Socioambiental da USP, juntamente com a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e o Instituto Lozano Long de Estudos Latino-Americanos da Universidade do Texas. O evento termina hoje.



**Sustentabilidade na produção garante alimento saudável com mais qualidade –**  
Sítio Eletrônico do MAPA – 31/08/2010

**Brasília (31.8.2010)** - Oferecer alimento seguro com qualidade é um dos princípios da Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil), oficializada, nesta terça-feira, 31 de agosto, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Com a Instrução Normativa nº 27, o sistema, antes restrito às frutas, passa a valer também para toda a cadeia agropecuária. Leite, mel, amendoim, arroz e flores são alguns exemplos de cadeias produtivas que já se inseriram voluntariamente no sistema e que passarão a ter norma técnica específica apoiada pelo Mapa. A expectativa é que outros setores manifestem interesse em se habilitar.

Sustentabilidade é a principal característica dos alimentos obtidos nesse processo. Baseada nas boas práticas, a Produção Integrada garante a conservação do solo e da água, a partir racionalização do uso de agrotóxicos e insumos; melhora a qualidade de vida dos produtores rurais e a segurança do trabalhador rural, além de garantir a sanidade dos animais e vegetais.

Segurança e qualidade são as grandes vantagens para o consumidor e, para o produtor, mas os benefícios que vão desde a organização da base produtiva e diminuição dos custos de produção, até a racionalização de agrotóxicos e insumos poluentes, resultando no aumento da produtividade.

Essa redução no uso de defensivos é significativa na escolha do sistema sustentável. Dados do Ministério da Agricultura mostram que a adoção da Produção Integrada reduz significativamente o emprego de inseticidas e fungicidas em diversas culturas. O uso de herbicidas no cultivo do café cai 66% e no da maçã, 100%, só para citar alguns exemplos. Os indicadores de racionalização de fertilizantes apontam a média geral de redução em 28%.

O coordenador de Produção Integrada da Cadeia Agrícola, Adilson Kososki, acredita que a certificação com fundamentos sustentáveis é tendência irreversível, tendo em vista a modificação de comportamento dos compradores, principalmente no exterior. “Há uma mudança de hábitos dos consumidores, que querem alimentos sem resíduos, sem causar danos à saúde e que tenham embutida a visão sustentável, social e ambiental”, afirma.

Kososki lembra, ainda, que a rastreabilidade - uma das características da certificação *PI Brasil* - é outra exigência crescente do mercado internacional. “É preciso que o País se adapte a essas condições para continuar como grande exportador de alimentos”, diz. As boas práticas na produção, com higiene, acondicionamento adequado e embalagem diferenciada garantem maior qualidade e conquistam a confiança do consumidor. *(Eline Santos)*

**AGROPAUTA - Setor de florestas conhece iniciativas para redução de CO2** – Sítio Eletrônico do MAPA – 31/08/2010

**Brasília (31.8.2010)** - As iniciativas previstas no Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) para reduzir as emissões dos gases de efeito estufa serão apresentadas, nesta terça-feira, 31 de agosto, durante a 9ª reunião ordinária da Câmara Setorial de Florestas Plantadas. O programa, lançado há dois meses pelo Ministério da Agricultura, prevê a redução de até 10 milhões de toneladas de dióxido de carbono, até 2020, com medidas como as florestas comerciais, de eucalipto e pinus. Também estão na pauta do encontro o zoneamento agrícola e a agenda estratégica para os próximos cinco anos.

### **Serviço**

9ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Florestas Plantadas

**Dia:** 31.8.2010 (terça-feira)

**Hora:** das 14 às 17 horas

**Local:** auditório térreo do Ministério da Agricultura - Brasília (DF)

**Mesmo com queimadas, desmatamento cai 48%** - Paulenir Constâncio – Sítio Eletrônico do MMA – 31/08/2010

31/08/2010

Uma nova queda do desmatamento em julho, registrada pelo Deter (Sistema de Detecção em Tempo Real) e divulgada pelo Inpe em meio à onda de incêndios pelo País, pode indicar não haver mais uma relação entre queimadas e desmatamento na Amazônia. A avaliação foi feita nesta terça-feira (31) pela ministra Izabella Teixeira em entrevista coletiva no Ministério do Meio Ambiente. Os novos números relativos ao período de agosto de 2009 a julho de 2010, se comparados ao mesmo período 2008/2009, apontam uma queda de 48%. Confirmada essa tendência, será "a menor das menores", segundo a ministra.

Desta vez os resultados estão bem mais próximos de refletir a realidade. A cobertura de nuvens chegou a 29%, mas foi detectada fora das áreas críticas, aonde vêm ocorrendo os maiores focos de desmatamento há vários anos. Foi desmatada uma área total de 485 Km<sup>2</sup>, dos quais mais da metade no estado do Pará, que perdeu 237 Km<sup>2</sup> de sua cobertura vegetal. Comparado com o igual período anterior, a área desmatada caiu de 4,4 mil hectares para 2,3 mil hectares.

A expectativa da ministra é que os dados divulgados, que já confirmam a forte tendência de queda, sejam confirmados pelo Prodes. Nesse sistema de monitoramento aparecem áreas menores, de até 2,5 hectares, dando um quadro mais fiel do desmatamento. O Deter foi aprimorado com a entrada em operação de imagens de um

novo satélite, que não depende da cobertura de nuvens para detectar focos de incêndio. Mas tem limitações, por ser destinado a direcionar as ações de controle do desmatamento e não captar áreas menores.

O governo tem razões de sobra para comemorar as sucessivas quedas. O resultado é atribuído ao sucesso das operações Boi Pirata 1 e 2, que retirou mais de três mil cabeças de gado que eram criadas em área da reserva, e ao combate à extração de madeira na área. O que ainda preocupa são as margens das rodovias que estão em fase de pavimentação. Enquanto o desmatamento cai em vários estados, apresenta tendência de alta no Amazonas. Agora o desmatamento cresceu em Apuí, município às margens da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus.

*ASCOM*

### **Queimadas aumentaram 134% no país - Sítio eletrônico do MST – 31/08/2010**

As queimadas no país aumentaram 134% neste ano, um salto atribuído a ações criminosas e especulativas, clima seco prolongado e avanço da fronteira agrícola.

Do início do ano até 27 de agosto, o total de queimadas atingiu 41.636 focos, um aumento de 134% em relação ao mesmo período do ano passado, quando chegou a 17.788, segundo o satélite de referência do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

"É uma confluência de fatores... um tempo mais seco que outros anos e a gente não tem no Brasil um sistema nacional de prevenção e combate a incêndio", disse o ex-diretor do Serviço Florestal Brasileiro e atual consultor de florestas e clima, Tasso Rezende de Azevedo.

Foi a primeira vez que o índice registrou crescimento para o período desde 2007, quando as queimadas atingiram o pico de 59.915 focos.

Os Estados mais afetados estão no Cerrado, como Mato Grosso, Tocantins, sul do Pará, Rondônia, Piauí, Goiás e Minas Gerais, enquanto Acre, Rio Grande do Sul e Amazonas figuram entre os que mais diminuíram seus focos.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, pediu investigação e disse que sete mil bombeiros trabalham no combate às queimadas, além de homens do Exército e brigadistas. Para ela, "o fogo se deve a práticas ilegais costumeiras no Cerrado", que abrange 12 Estados brasileiros. A chefe da pasta solicitou perícias para apurar causas e aplicar punições. Segundo o ministério, 90 milhões de reais estão destinados às operações de combate ao fogo.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) já aplicou mais de 4 milhões de reais em multas nesta semana por queimadas ilegais. Em Rondônia, uma pessoa foi presa em flagrante ao colocar fogo numa pastagem. No Pará, o órgão multou sete proprietários rurais.

O clima não tem ajudado neste ano e Azevedo alertou para o agravamento das mudanças climáticas no país.

"Os cenários previstos apontam que esses períodos secos mais prolongados e mais intensos vão se agravar", afirmou. A umidade relativa do ar está abaixo dos 20 por cento em grande parte de Mato Grosso, Tocantins, interior dos Estados do Nordeste, Minas Gerais, Rio de Janeiro, interior de São Paulo e norte de Mato Grosso do Sul, disse o Inmet.

Na capital paulista, a umidade atingiu 12 por cento na tarde da sexta-feira, mínima recorde para o ano e dentro da faixa registrada no deserto do Saara, de 10 a 15 por cento. Desde 1961, quando começou a medição, o menor número foi atingido em 14 de agosto de 2009, com 10 por cento.

"A baixa umidade está associada à falta de chuva e ao período longo sem chuva ... é a seca prolongada", disse o meteorologista do Inmet, Luiz Cavalcanti. Não há chuvas significativas em São Paulo há 41 dias, segundo o Centro de Gerenciamento de Emergências. "Sem chuva, a vegetação seca, então fica muito mais favorável às queimadas", afirmou o meteorologista.

### **Código Florestal**

A situação piora quando as queimadas atingem as regiões que já estão com baixos índices de umidade. Com o aumento das temperaturas pelo fogo, "a pouca quantidade de vapor que tem naquela parcela da atmosfera vai se expandir mais ainda."

O diretor de políticas públicas da organização SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani, foi mais a fundo. Ele acredita que o aumento das queimadas pode estar ligado à especulação pelo novo código florestal, aprovado em julho pela Comissão Especial na Câmara dos Deputados.

Entre as mudanças mais polêmicas do projeto está a proibição de abertura de novas áreas para a agropecuária por cinco anos.

"Essa especulação que está havendo no Brasil hoje está sendo responsável, num ano de evento climático, por uma degradação que a gente nunca viu promovida pelo pior tipo de forma de manejar área que é o fogo", disse Mantovani.

"O que está acontecendo agora é um crime contra a sociedade."

**Novo Código Florestal e eleições contribuem para queimadas - Sítio Eletrônico do MST – 31/08/2010**

Durante o mês de agosto deste ano, o número de queimadas triplicou, na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo o satélite referência do

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Foram identificados 26.425 focos de queimadas, um aumento de 268% ante os 7.177 focos registrados em agosto de 2009.

Além de fatores já conhecidos, como o tempo seco e a utilização do fogo para "limpar" os terrenos e prepará-los para receber uma nova cultura, Marcelo Marquesini, engenheiro florestal do Greenpeace, aponta outras duas situações que estão influenciando no aumento do número de focos de incêndio. Um deles é o período eleitoral, que tende a afrouxar as fiscalizações. "Existe uma pressão entre os governos estaduais e até nos governo locais pra que você não atue o eleitor, que está promovendo o desmatamento", explica.

As mudanças no Código Florestal, proposta pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB), também estão influenciando os produtores a continuarem com as queimadas. "Nós estamos escutando produtores falando, 'não vou me cadastrar', 'não vou tirar a minha licença, da propriedade', porque o código vai mudar e eu vou poder desmatar mais", explica o ambientalista.

### **Por que a queimadas desse ano causaram tanto impactos e foram tão intensas?**

Existem alguns fatos e algumas suposições. Geralmente nos anos eleitorais, a fiscalização e os recursos para a fiscalização diminuem. Há uma pressão entre os governos estaduais e até em governo locais para que você não atue o eleitor, que está promovendo o desmatamento e sempre há uma tendência de que os índices sejam maiores do que nos outros anos.

Se olhar a curva do desmatamento, ela tem caído, não tem como negar. A gente [do Greenpeace] não concorda com o governo quando ele diz que o desmatamento vai ser menor do que isso, mesmo assim, de novo, é um dado histórico, porque ele atualmente está abaixo de 10 mil km<sup>2</sup>.

Mas não é um número para festejar. É número para aceitar que há uma tendência de queda, nós estamos falando de 7 mil quilômetros quadrados desmatados. Isso é um absurdo no século XXI. Ainda mais nós brasileiros, signatários de todos os tratados internacionais e compromissados em reduzir as emissões, atacando duramente o desmatamento.

As queimadas geralmente seguem a mesma tendência. Nós fizemos um estudo de 2000 até 2010 de total de queimadas na Amazônia, por focos de calor, usando só um satélite. Escolhemos o que mais localiza focos de calor, seguindo a sugestão do Inpe. É o NOA-15. Há uma tendência também de quedas nos focos de calor.

Se você for comparar este ano com o de 2004, que foi o segundo maior pico do desmatamento, os focos estão menores. Contudo, esse ano, eles estão muito maiores que os dois anos passados. Porque, além do fato eleitoral, é um ano que está muito seco. Ainda que absurdo, o fogo é usado como uma prática agrícola, para limpar o terreno, ou partes infestadas de carrapatos, por exemplo. Ele se alastra em um ano mais seco, para outras áreas.

Tem fazendeiros que inclusive não gostam de ter fogo em sua área. Tenta ali fazer uma cerca, só que quando o tempo está muito seco, bate um vento e as labaredas passam de sete metros.

As áreas de florestas degradadas ou exploradas deixam muita galhada na floresta, que é um material combustível. O fogo quando alcança esse material incendeiam as florestas que já foram exploradas por madeireiros. Então há uma série de razões, para o fogo se alastrar e estar maior do que nos últimos anos.

Outra coisa que a gente acredita, sem dúvida, é o efeito da mudança do Código Florestal. Nós estamos escutando produtores falando, 'não vou me cadastrar', 'não vou tirar a minha licença, da propriedade', porque o código vai mudar e eu vou poder desmatar mais. E isso certamente influencia. Tem gente limpando o terreno, e ainda mais, com a presunção, com a possibilidade do perdão. Ou seja, da anistia, parte da proposta do Aldo Rebelo.

### **O Rio Madeira sofreu grandes impactos e também todo o Estado. É comum que essa região tenha índices tão grandes de queimadas ou há novos fatores?**

Os ventos seguem uma dinâmica nas cidades da Amazônia. Eles sopram de leste para oeste, do Atlântico para as cordilheiras, então a fumaça do Pará, Tocantins e Maranhão acaba indo parar em Rondônia e no Acre, que são Estados extremamente afetados. É uma questão que gera problemas de saúde, fechamento de escolas, de aeroporto. Semana passada, o aeroporto de Rondônia ficou três dias fechado e as pessoas ficaram presas. Você mexe com a economia também dessa região.

Um fato curioso. Eu moro em Manaus há 10 anos e nunca tinha visto isso. Ano passado teve isso, um pouco, mas eram queimadas ao redor de Manaus, que estava muito seco. Esse ano não estava tão seco ao redor do Manaus, mas houve uma inversão: a fumaça da Bolívia, que ao invés de seguir o rumo Andes, subiu pelo sul de Rondônia e chegou até Manaus, que ficou três, quatro dias seguidos debaixo de uma densa fumaça, pior que São Paulo. Uma densa fumaça de queimadas. Você almoçava, dormia, jantava, como se tivesse uma queimada no seu jardim, na sua casa ou apartamento. Foi impressionante.

Você imagina, se a previsão é que a Amazônia, ou boa parte dela, se torne mais seca, com essa prática de fogo a tendência é entrar em um ciclo cada vez de mais queimadas e incêndios, independente do desmatamento estar caindo. É um risco gigantesco. Haja vista que as mudanças climáticas venham afetar, cada vez mais, a fluvialidade, ou o regime, pelo menos. Ou seja, a chuva começada em uma época, mas com uma seca mais severa, mais prolongada. E isso vai ser uma catástrofe.

### **As queimadas na Amazônia não são novidades. Porque somente agora tiveram mais destaque na mídia nacional?**

É fácil responder isso. É um problema crônico da sociedade e que se reflete nos nossos governos. Qual é o projeto para a Amazônia de longo prazo e que concilie desenvolvimento, com a conservação e até preservação? Não existe.

O projeto que o governo tem hoje é um PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] "bombado", é um projeto com modelo da década de 1970. Constrói estrada, constrói hidrelétrica e mete mineração lá, para extrair recursos, para produção de commodities. Continua com a mesma mentalidade de 40 anos atrás. Não tem um projeto para a Amazônia.

E isso é um pouco de reflexo da sociedade, a Amazônia ainda é vista como uma coisa distante, e a sociedade topa assinar [abaixo-assinados], 'eu assino o abaixo assinado para parar o desmatamento', mas é pouca ação pró-amazônia e para exigir mais dos nossos governantes e da classe política, que boa parte, inclusive, não tem nenhum interesse e nenhum projeto mais ousado que pense em desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

### **Sendo um problema tão antigo, é possível apontar soluções?**

A primeira coisa é que tem que cessar o desmatamento. Nós temos essa proposta do desmatamento zero, que nós fizemos junto com a Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, em 2007 ou 2008, apresentamos o resultado de uma consultoria ampla, que fizemos sobre mecanismos econômicos para se atingir o desmatamento zero.

Atacando essa parte você já reduz mais da metade dos problemas. Hoje, boa parte do que se queima vem da mesma origem do que desmata e derruba. Para limpar aquela derrubada utiliza-se a queimada.

A segunda coisa a se fazer é manejo de pastagem sem fogo, tem gente que continua usando fogo para eliminar praga, como dei o exemplo do carrapato. Tem tecnologia para você fazer manejo de pastagem sem uso do fogo. E essas duas práticas aliadas resolvem os problemas.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**oppa** **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

**CPDA** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actonaaid



Ministério do Desenvolvimento Agrário

